

Por um anno 12\$000
 Por seis meses 6\$600
 Por tres mezes 3\$600

Comunicados e correspondencias,
 por linha 4060

A correspondencia das provincias, assim
 a official como a particular, ou seja para
 realizar assignaturas da folha, ou para a
 publicação de editaes, annuncios ou comu-
 nicados, deve vir acompanhada da im-
 portancia das assignaturas ou do preço das
 publicações pedidas, sem o que não se lhe
 dará destino. Os annuncios serão dirigidos
 á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, ru
 Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA
 Por um anno 10\$000
 Por seis mezes 5\$600
 Por tres mezes 3\$000
 Avulso por folha 3040
 Annuncios, por linha 3060

A correspondencia official da capital de-
 ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
 LISBOA, na imprensa nacional, aonde igual-
 mente se deve remetter, franca de porte, a
 correspondencia das provincias, assim co-
 mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
 de LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações lit-
 terarias, de que se receberem dois exem-
 plares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para
 o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do cor-
 rente anno podem dirigir-se á loja da venda
 do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224:
 os preços da assignatura são os seguintes:
 Com estampilha 3\$600 réis
 Sem estampilha 3\$000 "

A correspondencia para as assignaturas
 deve ser dirigida á referida loja, estampilha-
 da e acompanhada da respectiva quantia. Os
 srs. assignantes do 1.º trimestre, que não qui-
 zerem soffrer interrupção na remessa do DIA-
 rio, deverão em tempo renovar a sua assi-
 gnatura.

Na referida loja acham-se á venda collec-
 ções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de
 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por
 collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
 sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei a con-
 sulta da escola polytechnica de Lisboa, de 10 de
 janeiro proximo passado, propondo que o provimen-
 to das novas cadeiras de geometria descriptiva e
 de chimica organica, creadas por carta de lei de 7
 de junho de 1859, se faça segundo as prescripções
 estabelecidas no decreto de 11 de janeiro de 1837; e
 considerando que na escola polytechnica já se

achava estabelecido o ensino da geometria descrip-
 tiva e da chimica organica nas cadeiras primeira
 e sexta, e que se teve unicamente em vista, com a
 creação das novas cadeiras, dar mais amplo desen-
 volvimento ao ensino d'aquellas disciplinas, que já
 ali se professavam, especialmente na parte pratica
 e trabalhos graphicos;

Considerando que a disposição do artigo 2.º da
 lei de 7 de junho de 1859 não é senão a regra ge-
 ral para o provimento de todas as cadeiras do en-
 sino publico, sendo o seu fim que nenhum profes-
 sor exerça o magisterio, sem ter sido provido por
 concurso publico nas disciplinas que fizerem obje-
 to das diferentes cadeiras;

Considerando que o referido artigo 2.º da citada
 lei não derogou o artigo 75.º do decreto com sanc-
 ção legislativa de 11 de janeiro de 1837, e só esta-
 belecceu os principios para quando, em virtude da
 lei, tivessem as cadeiras de ser providas por con-
 curso; não havendo por conseguinte ambiguidade
 entre aquelles dois artigos;

Ha o mesmo augusto senhor por bem, confor-
 mando-se com a mencionada consulta, e com o pa-
 recer do conselho geral de instrucção publica de 15
 do corrente, ordenar que o conselho da escola poly-
 technica faça subir pela direcção geral de instrucção
 publica no ministerio do reino a proposta para o
 provimento das cadeiras de que se trata, por pro-
 moção entre os lentes em effectivo servico. O que
 assim se participa ao director da escola polytechni-
 ca de Lisboa, para a devida execução.

Paço, em 22 de março de 1860.—Antonio Maria
 de Fontes Pereira de Mello.

2.ª Repartição—2.ª Secção

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei o offi-
 cio do commissario dos estudos do districto de Lis-
 boia, de 19 do corrente, em que, dando conta de
 haver convocado o professor proprietario da quarta
 cadeira da secção occidenal do lyceu nacional de
 Lisboa, actualmente desoccupado por falta de alu-
 mnos matriculados na respectiva aula, para reger
 provisoriamente a cadeira da mesma disciplina na
 secção central, por se achar servindo de jurado o

professor d'ella, participa a duvida que se offerece,
 por parte d'aquelle professor, em cumprir esta de-
 terminação; e

Considerando na incompatibilidade legal que exis-
 te entre as funções de professor e as de jurado;
 Considerando que, achando-se impossibilitado o
 professor proprietario e o substituto ordinario de
 qualquer cadeira, se devem seguir as regras que
 a lei estabelece para as substituições, em taes ca-
 sos, nos termos do artigo 26.º § 1.º n.º 3.º do decreto
 regulamentar de 25 de junho de 1851, que dispõe
 que as substituições extraordinarias nos lyceus se-
 jam exercidas pelos professores desoccupados, que
 forem considerados como as habilitações necessarias
 para a regencia das cadeiras cujos professores es-
 tiverem impedidos;

Ha o mesmo augusto senhor por bem, confor-
 mando-se com o parecer do commissario dos estu-
 dos do districto de Lisboa, ordenar que, sempre
 que se verificar, como no caso precedente, o impe-
 dimento legal do proprietario e substituto de qual-
 quer cadeira nos lyceus, se observem as disposições
 do citado artigo 26.º § 1.º n.º 3.º do decreto de 25
 de junho de 1851.

O que se participa ao mencionado commissario
 dos estudos do districto de Lisboa, para seu conhe-
 cimento e devidos effectos.

Paço das Necessidades, em 24 de março de 1860.
 —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA TESOUREARIA

Usando da autorisação concedida ao governo
 pela carta de lei de 27 do corrente mez: hei por
 bem prorogar, até 31 de outubro do presente anno,
 o prazo estabelecido para o giro e troca das moe-
 das de ouro e prata, mandadas retirar da circula-
 ção pela carta de lei de 29 de julho de 1854.

O conselheiro José Maria do Casal Ribeiro, mi-
 nistro e secretario d'estado dos negocios da fazenda,
 assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em
 28 de março de 1860.—REL.—José Maria do
 Casal Ribeiro.

Relação n.º 27, com referencia ao districto de Castello Branco, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO					OBSERVAÇÃO	
OS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANNUAL		MENSAL
11812	-	Pensões	38	José de Carvalho e Silva.....	Professor jubilado	81\$000	6\$750	Começa o abono em 27 de julho de 1859.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 27 de março de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 905, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO						OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL	MENSAL	
11813	-	Pensões	38	Marianna de Jesus	Pens.ª de consideração	27\$000	2\$250	Começa o abono em 3 do corrente mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 27 de março de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 906, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECCÃO					OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VERCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIRITO		
						ANUAL		MESES
-	11814	Pensões	38	Maria Anna da Conceição Peres (D.)	Pens. ^a de monte pio	116\$016	9\$668	Começa o abono no 1.º de julho de 1859.
-	11815	"	"	Maria Augusta de Passos (D.)	Idem	43\$500	3\$625	Idem em 18 de outubro do dito anno.
-	11816	"	"	Rita Soares de Oliveira (D.), baro- nea de Barcelinhos.....	Idem	110\$196	9\$183	Idem em 6 de dezembro do mesmo anno.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 28 de março de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

N.º 349.—III.º e ex.º sr.—Tenho a honra de
 remetter a v. ex.º o relatório que me dirigiu o in-
 spector de pesos e medidas do Porto, ao terminar o
 ensino do novo systema legal aos professores de
 instrucção primaria d'aquelle districto.

Deos guarde a v. ex.º Inspeção geral dos pe-
 sos e medidas do reino, 28 de março de 1860.—
 III.º e ex.º sr. Antonio de Serpa Pimentel, mini-
 stro das obras publicas, commercio e industria.—O
 inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Sil-
 veira.

Inspeção dos pesos e medidas do districto do
 Porto.—III.º e ex.º sr.—Tendo-se ultimado o
 ensino do systema metrico aos professores de ins-
 trução primaria no districto a meu cargo, cabe-me
 a honra de expor a v. ex.º quaes foram os meios
 que empreguei para levar ao cabo a commissão de
 que fui encarregado, bem como o resultado dos tra-
 balhos que tem sido feitos n'esta inspeção, desde
 o momento em que fui nomeado inspector, nomea-
 ção, que ainda hoje a considero tão superior e ele-
 vada ás minhas forças, que me constitue na rigo-
 rosa obrigação de fazer tudo quanto estiver ao meu
 alcance para a poder justificar.

Compennetrado da immensa responsabilidade
 que contrahi para com v. ex.º em dezembro do anno
 findo, comecei logo a pensar como no menor espa-
 ço de tempo poderia dar conta do servico de en-
 sino, e a primeira idea que então se offereceu ao meu
 espirito, como meio mais conducente, para conseguir
 o fim que tinha em vista, foi dividir os dezeseite con-

celhos que compõem o districto do Porto n'um cer-
 to numero de grupos, fazendo convergir em torno
 do centro de cada um d'elles as localidades mais
 proximas, não só para commodidade dos profes-
 sores, mas ao mesmo tempo para evitar grandes des-
 pezas á fazenda nacional. Submettida á considera-
 ção de v. ex.º a minha primeira idea, tive a satis-
 facção de ver que tinha sido approvada, como con-
 sta do officio n.º 70 da inspeção geral; e em segui-
 da dirigi-me officialmente ao ex.º sr. governador ci-
 vil, solicitando de s. ex.º que se dignasse expedir
 as suas ordens, a fim de comparecerem no Porto,
 centro do primeiro grupo, os professores de Gondo-
 mar, Vallongo, Maia, Bouças e Villa Nova de Gaya,
 os quaes effectivamente se reuniram no 1.º de agosto
 de 1859.

Na abertura da minha aula recitei um discurso,
 em que pretendi fazer a historia dos nossos pesos
 e medidas, mostrando ao mesmo tempo as vanta-
 gens e simplicidade de um systema, cuja applicação
 ao povo mais tarde ha de sanar, como bem-vinda,
 felicitando todos aquelles que concorreram para im-
 plantar no paiz uma das reformas mais uteis e mo-
 mentosas, que o governo podia tentar. Então esfor-
 cei-me, e fiz tudo quanto pude, para pôr em relevo
 a desordem e confusão que reina nas antigas medi-
 das; e hoje peço licença a v. ex.º para lhe paten-
 tear, n'um rapido esboço, o estado desgraçado em
 que encontrei a maior parte dos professores de ins-
 trução primaria.

Fallece-me o animo, ex.º sr., só com a idea de
 ter que fallar em desabono de uma classe, que por
 mais de um titulo se torna commendavel; mas eu
 não posso, sem falsear o cumprimento dos deveres
 que me estão commettidos, esconder a v. ex.º a igno-

rancia do pessoal ensinante e a confusão que vae
 nas escolas, com relação aos compendios e metho-
 dos de ensino adoptados. Cada professor tem o seu
 compendio differente, como cada terra tem a sua me-
 dida diversa de capacidade; e cada um d'elles tem
 o seu methodo diverso de ensino, como cada povoa-
 ção tem o seu modo differente de medir; e tão dife-
 rentes e tão diversos são elles que não exaggero
 nem encareço o que levei dito, se afirmar a v. ex.º
 que quasi me cheguei a convencer que tinha mudo
 de paiz, só porque mudei de localidade ou de
 escola.

Em presença, pois, d'este estado, que me não atrevo
 a classificar, confesso ainda hoje que considero, co-
 mo perdida, não só a despeza que se fez com os
 professores, mas ao mesmo tempo todos os esforços
 que se têm feito da parte da inspeção geral e das
 inspecções dos districtos, se o ministerio do reino
 não vier em nosso auxilio, obrigando a fazer nas
 escolas, para com os professores, o que actualmente
 se está fazendo nas officinas das inspecções para
 com as medidas, isto é, é preciso que o merecimento
 dos professores seja affirido com tanto rigor, como
 o está sendo do 1.º de janeiro em Lisboa, e do 1.º
 de março em todo o reino, as novas medidas;
 e que os individuos encarregados do servico de in-
 specção façam sentir (o que até aqui se não tem fei-
 to) ao conselho de instrucção publica, o qual já tem
 adoptado algumas medidas muito salutaras a este
 respeito, que é preciso olhar mais á qualidade dos
 professores do que á quantidade das escolas; e que,
 se não tomar em consideração esta circumstancia,
 toda e qualquer idea, por mais bem desenvolvida
 que esteja, não pôde passar pelo papel, como
 muito bem diz o conselho, porque os obreiros encar-

regados de a levarem á pratica não podem, por-
 que não sabem senão as quatro operações sobre in-
 teiros e essas mal, desempenhar o augusto sacerdo-
 cio do ensino.

Fundado n'este conhecimento tive nos primeiros
 dias que descei á explicação dos principios mais
 elementares da arithmetica para me poder fazer
 comprehender dos meus leccionados, porque a maior
 parte dos professores não sabiam o que era quan-
 tidade nem unidade, e muito menos como se con-
 vertia um quebrado em decimal e vice-versa; e eu
 e os meus collegas em presença de um pessoal tão
 pouco illustrado (todos os inspectores dos districtos
 são accordes em confessar a ausencia de principios
 de que é dotado) certamente teriamos desistido de
 semelhante servico, se não tivessemos diante de nós
 o exemplo de v. ex.º, que nos tom, não só ensi-
 nando a fazer os trabalhos preparatorios para se po-
 der executar uma das reformas mais graves que
 se pôde empreender, pela immensa variedade e
 multiplicidade de suas relações, mas ao mesmo tem-
 po, animando-nos com a sua dedicação e força de
 vontade a trabalhar do coração, para podermos
 superar muitas difficuldades, não sendo a menor
 d'ellas o convencer os incredulos.

Felizmente a descrença passou em muito pouco
 tempo, e hoje já ninguém duvida da bondade e
 exactidão dos trabalhos, nem dos esforços que v. ex.º
 empregou, para fazer adoptar a nova medida li-
 near em Lisboa no 1.º de janeiro, e no 1.º de março
 em todas as povoações do reino e ilhas adjacentes.

Finalizadas as preleções do systema metrico no
 centro do primeiro grupo, fui encarregado de or-
 ganisar a secretaria e officina da inspeção do dis-
 tricto do Porto, a fim de poder dar cumprimento
 ás instrucções de v. ex.º, que n'essa occasião me
 deu ordem para mandar fazer cincoenta jogos de
 medidas de zinco, e alguns de folha de Flandres;
 e por este motivo não pude continuar o servico de
 ensino, indo o meu ajudante, o sr. alferes Candido
 Teixeira, aos centros dos grupos em que o distri-
 cto se achava dividido, fazer a explicação theorica

e pratica do systema metrico; e por tal forma se
 houve n'este servico que não posso deixar de fallar
 n'elle a v. ex.º, dizendo ao mesmo tempo que dos
 relatorios parciais, das relações modelos (A B e D)
 e dos recibos que comprovam a despeza que se fez
 com os professores, e que foi lançada nas contas
 correntes dos mezes que lhe dizem respeito, v. ex.º
 verá que, tanto eu como elle, seguimos, no ensino,
 o methodo adoptado por v. ex.º no seu compen-
 dio, e em tudo mais nos ligamos ás instrucções que
 recebi da inspeção geral.

Acabado o servico de ensino, passei a confecio-
 nar uma tabella de reduções, composta de duas
 partes: n'uma tratei de reduzir as antigas medidas
 lineares ás do systema metrico, e n'outra pelo mo-
 do inverso; e como na feitura do meu trabalho tive
 mais em vista ensinar praticamente, aquelles a quem
 a idea de um livro ainda mette medo, do que fazer
 um compendio, limitei-me simplesmente a apresen-
 tar ao lado das medidas reduzidas algumas regras
 comprovadas com exemplos, para o povo das pro-
 vincias, e principalmente o das freguezias rurais,
 poder n'um relance consultar a minha tabella, como
 olha e consulta as folhinhas, que costumam comprar
 e affixar nas portas, para seu regulamento domestico.

Este meu trabalho, bom ou mau, foi submettido
 á apreciação de v. ex.º, e depois de saber que ti-
 nha sido approvado, mandei-o publicar.

Concluindo a narração fiel do modo como exe-
 cuetei a commissão de que fui encarregado, resta-
 me tão sómente agradecer o zelo e boa vontade
 com que a primeira auctoridade do districto me coad-
 juvou sempre no desempenho dos meus deveres; e
 se por tudo merecer a approvação de v. ex.º, creio
 ter alcançado o resultado a que aspirava.

Deus guarde a v. ex.º Porto, 14 de março de
 1860.—III.º e ex.º sr. inspector dos pesos e me-
 didas do reino.—O inspector do districto do Porto,
 Fernando Maria de Sá Camello.

Está conforme.—Repartição central do ministé-
 rio das obras publicas, commercio e industria, em
 30 de março de 1860.—Ernesto de Faria.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em março de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 24.....	133	14	—	—	63	6	—	—	4	—
Existencia.....	726	38	1:020	25	1:126	23	1:045	33	426	46
26.....	69	58	—	—	166	40	—	—	—	—
Existencia.....	668	—	1:020	25	1:272	50	1:045	33	427	35
27.....	66	—	—	—	6	—	—	—	43	42
Existencia.....	642	53	989	33	1:206	26	1:018	33	471	17
Preços.....	740 a 840		360 a 430		420 a 490		410 a 430		—	—

Repartição de agricultura, em 29 de março de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mapa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas,
 e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 7, 14, 21 e 28 de janeiro de 1860

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero da data sobre os trabalhos	Numero medio de operarios por dia
Vianna	Estrada através de Caminha	15	64
	Estrada de Braga a Valença pelos Aroes	11	773
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Guimarães	5	249
Braga	Dita de Villa Nova de Famalicão a Barcellos, dentro da Villa de Barcellos (construção)	13	15
	Dita de Villa Nova de Famalicão ao Neiva	28	16
	Dita de Braga a Barcellos	28	7
	Direcção geral	28	4
	Estrada do Porto a Amarante	18	61
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira	17	173
	Dita desde o alto da Bandeira á ponte penill no Douro	17	143
Porto	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrsio	23	43
	Dita do Porto por Villa do Conde á Povoa de Varzim (estudos)	28	4
	Obras na barra do Douro	19	42
	Ditas no eões da alfandega do Porto	23	40
	Ditas na nova alfandega do Porto	23	310
	Trabalhos graphicos em Miragaya para a nova rua de D. Fernando	2	9
	Direcção geral	28	3
	Estrada da Regua a Villa Real	13	124
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real	16	108
	Estrada do Salgueiral á Regua	16	51
Villa Real	Ponte sobre o ribeiro de Jogueiros	15	51
	Estrada marginal do Douro	13	175
	(Entre e Tede o o Tavora	16	122
	(Entre o rio Varosa e a quinta de Melres	23	37
	Ponte de Mondim de Basto	23	27
	Direcção geral	28	2
Bragança	Estrada de Bragança a Mirandaella	15	162
	Collocação da linha telegraphica	28	8
	Estrada d'Aveiro a Vizeu por Albergaria	22	532
	Lanço da estrada marginal d'Angreja ao Sobreiro	7	115
	Dita de Ovar ao Porto pela Feira	10	244
Aveiro	Edifício do Icyen de Aveiro	23	16
	Obras no eões de Aveiro	18	86
	Estrada de Coimbra ao Porto	16	126
	(De Agueda a Albergaria a Velha	16	107
	(Avenida da ponte do Vouga	20	758
	Estrada de Vizeu á serra do Bussaco	24	24
Vizeu	(De Vizeu a Mortágua	21	447
	(Do valle da Castanheira ao Bussaco	18	5
	Dita de Foz-Dão a Mangualde	28	1
	Tribunal e cadeia na cidade de Lamego	28	5
	Direcção geral	28	506
Guarda	Estrada da Guarda a Fornos d'Algodres	23	550
	Dita de Celorico ao rio Alva	28	19
	Estrada de Coimbra á Redinha	28	32
	Dita de Coimbra á Ponte da Pedra	28	38
	Dita da Mealhada á serra do Bussaco	11	570
	Estrada de Coimbra ao rio Alva	23	40
Coimbra	Ponte do Souto de Sobrosa e do Alva	28	1
	Ponte de Villa Cova de Sáb-Avé	20	43
	Alargamento da rua de Coruche	28	3
	Direcção geral	28	209
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira	28	878
	Obras no porto e barra da Figueira	17	473
	(De Castello Branco a Abrantes	23	52
Castello Branco	Estrada de Castello Branco a Abrantes	23	34
	Ponte da Froia	23	174
	(Ponte do ribeiro do Gomes	23	13
	(De Castello Branco a Villa Velha	23	3
	Paço episcopal em Castello Branco	23	34
	Direcção geral	23	3
	Monumento da Batalha	23	34
Leiria	Mosteiro de Alcobaca	23	1
	Estrada das Caldas á Redinha	23	44
	Direcção geral	23	2
	Estrada de Santarem a Pernes	22	110
	Dita de Pernes por Torres Novas á Barquinha	22	33
	Dita de Santarem á Ponte de Asseca	28	2
	Dita de Thomar á Barquinha	23	17
Santarem	Dita de Thomar a Coimbra	23	6
	Canal de Azambuja	22	22
	Comoros e arvoredos do rio Almonda	22	1
	(Canal de Alpiarça	24	140
	Melhoramento do Tejo	24	14
	(Dique de Vallada	24	14
	(Melhoramento do rio em diversos pontos	24	171
	(Trabalhos hydrographicos e estudos no rio	28	16

Distritos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Número de dias úteis de trabalho	Número de operários por dia
Lisboa	Estrada de Lisboa a ponte do Carregado	28	19
	Dita desde o cado do Tejo, no Carregado, até ás Caldas	28	35
	Dita de Alameda a Torres Vedras	28	116
	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar e Loures, a Torres Vedras	28	23
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Colares	19	79
	Dita de Cintra a Mafra	24	32
	Dita de Mafra a Ericeira	28	10
	Dita da ponte de Carenque a Mafra	28	16
	Dita do Paço d'Arcos ao Cacem	23	19
	Dita de Belém a Queluz	23	47
	Dita de Alameda a Bucellas	12	15
	Dita de Canaes	22	25
	Dita de Carnachide a Casellas	23	7
	Dita da circunvalação da cidade no sitio do forte das Picoas	17	15
	Cancellas da barreira da cidade na rua do Asento em Alcantara	23	12
	Cultura de arvoredo da circunvalação da cidade	23	3
	Reparos de canos no sitio de Pintheus em Santo António do Tojal	23	17
	Ditos da muralha na estrada de Paço d'Arcos	23	12
	Ditos da dita na dita do Poço do Bispo	4	2
	Ditos da dita no caes de Casillas	336	2
	Lazareto da Torre Velha	18	3
	Assentamento das chapas de cotas de nível relativas á carta de Lisboa	23	23
	Reconstrução do cano geral da cadeia do Limoeiro ao arco do Rozario	23	7
	Casa da guarda do edificio da Moeda	23	3
	Reparos nas pontas de madeira junto ao Terreno do Trigo	23	27
Evora	Estabelecimento dos farnos da cal no Rio Seco	23	392
	Edificios publicos	28	30
	Servico geral	28	43
	Estrada de Aldeia Galega a fronteira	24	204
Portalegre	Dita de Aldeia Galega a Evora	14	3
	Dita de Evora para as Alcaçovas	14	3
	Dita de Borba a Villa Vicosa	8	3
	Dita de Estremoz a Portalegre	21	109
Beja	Ponte de Pavia (reparos)	28	17
	Estrada de Aldeia Galega a fronteira	15	238
	Dita de Portalegre a Estremoz	13	28
	Dita de Portalegre a Villa Velha	18	121
Faro	Ponte da ribeira de Nisa	17	13
	Estrada de Portalegre a Alentejo	2	23
	Dita da Ponte dos Lavradores a Castello de Vide	14	97
	Dita de Ferreira a Odivellas	23	64
Diversos	Ponte de Porto de Torão	23	24
	Dita de Castello Ventoso	17	120
	Ponte de Carvalhoso	9	7
	Dita de Terres e Cobres	20	157
Beja	Direcção geral	28	3
	Estrada de Faro a Loulé	28	3
	De Faro a Loulé	20	957
	Ponte de Marim a Senhora da Luz	8	10
Faro	Dita de Faro a Tavira	21	159
	Senhora da Luz a Tavira	28	4
	Direcção geral	25	147
	Linha electro-telegraphica	25	147

Direcção geral das obras publicas e minas, em 26 de março de 1860.—*Custodio Alberto Maia*.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na segunda-feira 2 de abril, sendo a ordem do dia a mesma que se achava dada para a sessão de hoje.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 30 de março de 1860.—*Diogo Augusto de Castro Constancio*.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE LISBOA

Pela repartição de fazenda do distrito de Lisboa se annuncia que no cofre central do ministerio da fazenda, e nos termos da portaria de 23 do corrente mez de março, publicada no *Diário de Lisboa* n.º 72, começará o pagamento do vencimento do mesmo mez, respectivo aos títulos de renda vitalicia, com assentamento n'este districto, tanto ás classes comprehendidas nos decretos de 23 de agosto de 1843 e 30 de março de 1844, como ás de consideração de que trata o de 15 de maio de 1845, pela forma seguinte:

MEZ DE MARÇO	SEM CONSIDERAÇÃO	NUMEROS	
		DE	DE
2	de abril	6 a 1396	6344 a 6525
3	"	1397 a 1963	6526 a 6915
4	"	1964 a 2456	6916 a 7367
5	"	2457 a 3387	7368 a 8820
6	"	3388 a 4072	8821 a 10030
7	"	4073 a 4554	10031 a 10632
8	"	4555 a 5461	10633 a 11499
9	"	5462 a 7252	11500 a 11709
10	"	7253 a 9696	11710 a 11805
11	"	9697 a 10649	11806 a 11923
12	"	10650 a 11123	11924 a 12120
13	"	11124 a 11805	Idem

O pagamento começa imprerivelmente ás dez horas da manhã, e finalisa á uma da tarde.

Repartição de fazenda do districto de Lisboa, em 30 de março de 1860.—O delegado do thesouro, *João Felis Alves de Minerva*.

TERCEIRO DISTRITO CRIMINAL

Pelo juizo de direito do 3.º districto criminal da comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão Hermenegildo Ernesto Baptista Ferreira, correm editos de quatro mezes, citando o réu ausente em parte incerta, Lourenço José, que consta ser natural das Lapas, concelho de Torres Novas, e que em dezembro de 1852 trabalhava na fabrica de sola de Domingos da Cunha Fialho, sita em Alcantara, onde residia, para que, na conformidade do artigo 1.º § 2.º do decreto de 18 de fevereiro de 1847, venha a este juizo no dito prazo, e na primeira audiencia depois de findo o dito prazo, que será contada do dia da publicação d'este no *Diário*, defender-se da accusação que se lhe faz pelo homicidio praticado de noite na pessoa de José Rodrigues, com a comminação de, não se apresentando no já dito prazo, se proseguir á sua revelia, sem outra citação para qualquer termo do processo; e findo que seja o predito prazo, poderá o dito réu, Lourenço José, ser preso por qualquer pessoa do povo, e o deverá ser por todo o official publico, para ser entregue á autoridade judicial mais proxima do local onde for preso; e com declaração de que lhe não é admissivel fiança.

Delegacia da procuradoria regia da 6.ª vara, em 29 de março de 1860.—*Diogo Antonio Correia de Sequeira Pinto*.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circunstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizs n'esta casa.

Tendo decorrido um prazo razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizs da casa pia, e assim o annunciou. Não

duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a accitação dos aprendizes.

No intervalo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

Nestes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de se aprender; e recia que a estado na casa pia em lugar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitude á indolencia e á perguica, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importancia. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitórios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doencas que grassam na casa pia, das ophthalmias, das scurfolas, das phthisias, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero de orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saúde de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção, que, segundo a expressão de um dos relatorios dos facultativos, converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirindo a desaccumulação, é na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e efficaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizes em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

Nestes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizs de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 30 de março de 1860.—O director, *Francisco de Paula Heitz*.

CORPO DE ENGENHARIA

ARCHIVO MILITAR

Em continuação ao aviso inserido no *Diário de Lisboa* n.º 65 do corrente anno, publicam-se as seguintes disposições, que se observarão nos exames do curso para o provimento de alguns logares de desenhador do archivo militar:

1.º Os exames terão lugar no referido archivo; começarão no dia 18 do proximo mez de abril, pelas dez horas, e continuarão á mesma hora nos dias que opportunamente se irão annunciando no mesmo archivo. No caso que se torne necessario fazer algumas alterações ao que fica estabelecido, se annunciará tambem no archivo.

2.º Se algum concorrente tiver motivo justificado, que o embarace de comparecer para o exame na occasião indicada, deverá dar parte ao presidente do jury até á hora de começar o exame. Não o fazendo, entende-se que renunciou ao direito de tomar parte n'este concurso.

3.º Se o impedimento de que trata a antecedente disposição não durar mais de quinze dias successivos, será o referido concorrente admittido depois a executar o trabalho que lhe faltar para terminar o seu exame; mas se o impedimento for de tal duração que, depois de acabada a generalidade dos exames, e de expirado este prazo, se não possa ultimar o concurso, não se esperará mais pelo concorrente, e se procederá ao apuramento dos outros concorrentes, e á competente proposta.

4.º Tudo quanto fica expellido nas duas antecedentes disposições é applicavel ao concorrente que vier a achar-se incommodado durante o exame, e que justificar legalmente a continuação do impedimento.

5.º Se por qualquer motivo o concurso for interrompido, os trabalhos já feitos não serão renovados.

6.º Cada concorrente deverá vir munido dos artigos que lhe forem necessarios para executar o trabalho a que é obrigado.

7.º O papel, em que cada concorrente ha de desenhado cada uma das provas a que tiver de satis-

fazer, será previamente por elle assignado, e rubricado pelo presidente do jury.

8.º No fim de cada dia de exame o jury fará arrecadar o papel em que cada concorrente estiver desenhando, para lh'o restituir no seguinte dia de exame á hora de se começar o respectivo trabalho.

9.º As perguntas que os examinadores julgarem necessario dirigir aos concorrentes só poderão ter lugar depois de acabados todos os desenhos. Os examinadores serão interrogados pela ordem que a sorte designar. Nenhum pôde presenciar esta parte dos exames dos mais concorrentes senão depois de ter a ella satisfeito.

São concorrentes
Os srs. Augusto de Mesquita Cabral de Almeida
Emiliano Augusto de Bettencourt
João Carlos Bon de Sousa
João Estanislau Penaguião
José Maria Nepomuceno
Leonel Marques Pereira
D. Martinho de França Pereira Coutinho.
Secretaria do commando geral de engenharia, 26 de março de 1860.—*Ignacio Justino Christipiano Chianca*, secretario do corpo de engenharia.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

Não sendo accetavel o preço de 290 réis por que Antonio Duarte se offerrece a fornecer cada uma ração de verde para os cavallos e muars dos re-

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIZEU

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Vizeu, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	RELLADAS		NÃO RELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIZEU						
De posta interna	7	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas	9.063	13.272	485	234	1.819	19
De Hespanha	—	—	99	5	—	—
D'alem dos Pyreneos	—	—	2	18	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	3	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	—	1	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Do Brasil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	309	3	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	7.455	4.795	623	38	1.471	35
Para Hespanha	—	—	85	—	—	—
Para alem dos Pyreneos	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
Para o Brasil, por navios	156	5	—	—	—	—
Para os portos do Brasil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	45	6	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	18.120	14.174	1.721	297	2.964	56

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vizeu, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vizeu, em 1 de março de 1860.—O administrador, *João Bernardino de Abreu Gouveia*.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 8345

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO FERRÃO

Nos autos civis, vindos da relação de Lisboa, entre partes—
recorente, Francisco Solano—recoredo, Joaquim Salgado, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça:

Que mostrando-se dos accordãos fl. 285 v. e fl. 288, que o primeiro fora tirado contra o venido nas tenções, sem todavia conter decisão obscura ou ambigua, mas muito clara e terminante; e manifestando-se assim unicamente ou uma contradicção, ou que, explicado o terceiro voto pelo desenvolvimento no mesmo accordo, não havia vencimento legal, não podia ter lugar o meio irregular do requerimento a fl., para o fim de se declarar o julgado: requerimento que foi dirigido ao juiz relator e não ao presidente da relação: e que não podia servir para se alterar a essencia do julgado, como é expresso no artigo 717.º da reforma judiciaria; no artigo 8.º da lei de 16 de junho de 1855; e no artigo 13.º da lei de 19 de dezembro de 1843, com referencia ao mesmo artigo 717.º.

Portanto annullam o dito segundo accordo de fl. 288, como essencialmente revogatorio e não declaratorio do fl.º

E porque, annullado este, fica subsistindo a nulidade d'aquelle, em conformidade com o artigo 736.º da dita reforma judiciaria: declaram nullo todo o processado e julgado desde folhas 284; concedem a revista; e mandam que os autos voltem á mesma relação, para que, julgando-se de novo, e por diversos juizes, a causa com relação aos embargos oppositos ao accordo de fl. 243 v., se dê cumprimento á lei.

Lisboa, 6 de março de 1860.—*Ferrão*—Caldeira, vencido.—Tem voto do sr. conselheiro Sequeira Pinto.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 29 de março de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco*.

ASYLO DE MENDICIDADE

Conta da receita e despesa d'este estabelecimento no mez de fevereiro de 1860

RECEITA	
Saldo do mez antecedente—Papel 1.289\$600...	1.493\$692
SUBSIDIOS	
Dos ex.ºs e ill.ºs srs.	
Guilherme Graham Junior & Comp.ª, corrente anno	48\$000
Archibaldo Turner, idem	24\$000
Pedro Lourenço de Campos, agosto de 1859 a janeiro de corrente	3\$000
Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto Froes, janeiro de 1860	1\$000
João Coelho de Abreu, novembro de 1859 a janeiro de corrente	1\$500
Visconde de Sarmento, corrente anno	2\$000
Visconde de Monforte, anno de 1859	4\$800
J. B. janeiro do corrente	1\$200
Marquez da Benposta Subsera, 1.º trimestre de 1860	2\$250
Barão da Silveira, novembro de 1859 a janeiro de corrente	3\$500
Antonio Joaquim de Oliveira, 1.º semestre de 1860	7\$200
Francisco Forrest, anno de 1859	2\$400
Roberto & Filho, corrente anno	3\$000
Verissimo José Baptista, fevereiro corrente	2\$400
Bernardino Martins de Sena, sua prestação	2\$250
José Baptista dos Santos, idem	1\$000
Francisco José, idem	\$880
ESMOLAS	
José Joaquim Soares de Faria, por uma vez	4\$500
Visconde das Rivas, idem	1\$000
Um anonymo por mão do ex.º sr. Fradesso da Silveira	2\$400
LOTERIAS	
Do thesorero da santa casa da misericordia de Lisboa, 2.º extracção do 1.º trimestre de 1860	222\$588
Do dito, 3.º extracção do dito	223\$839
DIVIDENDO DE AÇUOS	
Da direcção do banco de Portugal, dividendo de oito títulos de cinco açuos, 2.º semestre de 1859	144\$000

RENDA DE CASAS

Do ex.º conselheiro Antonio Martins de Azevedo, renda do 2.º andar do predio na rua de R. Inafolles, 2.º semestre de 1859 31\$200 |

Do sr. Antonio Ladislau da Costa Camarata, renda do 1.º andar, loja e quintal dos ditos predio e semestre 38\$400 |

Da sr. D. Rita de Sousa Vizeu, renda do 3.º andar dos ditos predio e semestre 15\$600 |

Do sr. José Bruno Lopes Carreira, foro de umas casas na rua dos Cavalleiros, 1859 1\$700 |

DONATIVOS DE LICENÇA

Do sr. José Pereira Rego, donativo de licença concedida pelo governo civil 3\$200 |

Do sr. João Carvalho, idem 3\$300 |

Do sr. José Francisco Rodrigues, idem 3\$200 |

MULTAS DO CONTRATO

Do ex.º conselheiro director da alfandega grande de Lisboa, multa imposta por contrabando de charutos 4\$800 |

FUNERAES

Do ex.º sr. João Leandro Valladas, esmola pelo acompanhamento de 12 asylos no funeral de D. Maria Candida de Queiroz 5\$760 |

Do sr. Izidoro Ayres de Sousa, 6 ditos no funeral de sua esposa 3\$000 |

Do sr. Joaquim Gomes de Sousa Leal, 12 ditos no funeral de sua mãe 12\$000 |

Do sr. Domingos José de Barros, 6 ditos no funeral de D. Ludovina Angelica de Moraes 2\$880 |

BENEFICIOS

Por conta do beneficio, que teve lugar no real theatro de S. Carlos na noite de 19 de dezembro proximo passado 46\$170 |

CADREIAS

Produto das cadeiras no Passado Publico 7\$060 |

COPOS DE AGUA

Idem dos copos de agua no dito \$150 |

CERCA

Produto de 100 limões \$400 |

OFFICINAS

Produto de obra de sapateiro 1\$960 |

Idem de tecidos \$700 |

Idem de torneiro \$650 |

Idem de carpinteiro 6\$500 |

ALUGUEL DE CADREIAS

Do café concerto, 10 duzias no dia 18 do corrente, a 480 réis 4\$800 |

Idem, 25 duzias no dia 19, idem 12\$000 |

Idem, 12 duzias no dia 20, idem 5\$760 |

Idem, 31 duzias no dia 21, idem 14\$880 |

OBJECTOS VENDIDOS

ção na capital, pedindo que se lhes dê uma gratificação mensal de 10.000 réis.—A' *comissão de fazenda, ouvida a de guerra.*

14.º De mesa da misericórdia da cidade do Porto, pedindo que se lhe passem títulos com assentamento na junta do crédito publico, pela somma de todos os valores de que é credora ao estado.—A' *comissão de fazenda.*

15.º De cento e dezencove lavradores e proprietários da Chamusca, pedindo que se não approve as propostas do governo, tendentes a augmentar a dívida publica e o imposto.—A' *mesma comissão.*

Deu-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

«Requiro que de novo sejam requisitados do ministério dos negócios estrangeiros todos os documentos relativos à percepção dos direitos de consulagem pelos consules de Portugal nos paizes estrangeiros.»

—*Gomes de Castro.*

E remittido ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Requiro que seja remittido a comissão de instrução publica o requerimento que na sessão de 1859 foi dirigido a esta camara, pelo porteiro do lyceu nacional de Coimbra, Manuel Rodrigues do Nascimento, para que lhe seja augmentado o ordenado.

Camara dos srs. deputados, 29 de março de 1860.

—O deputado por Oliveira do Hospital, *Monteiro Castello Branco.*

É enviada a comissão de instrução publica.

Tambem tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Mendes Neutel, autorisando o governo a crear um lugar de juiz de paz nas freguesias de Alcantarilha, Pera e Algoz.

É admittido e enviado a comissão de legislação, ouvida a de estatística.

2.º Do sr. Lopes Branco, provendo a construção e conservação dos caminhos de districto, dos visinhos e rurais.

É admittido e enviado a comissão de administração publica, e mandado publicar no *Diário de Lisboa.*

O sr. *Talles de Vasconcellos*:—envia para a mesa um requerimento de Antonio José Dias Soares, cirurgião de brigada, pedindo ser considerado como cirurgião de divisão, para a reforma, desde 1857, e cirurgião de brigada desde 1851; e outro do D. Maria José de Freitas, pedindo uma pensão pelo serviço de seu marido; e pede que a ambos estes requerimentos se dê o destino competente.

O sr. *Mendes de Vasconcellos*:—manda para a mesa dez requerimentos dos primeiros sargentos do regimento de artilheria n.º 2, pedindo a esta camara uma lei que regule as promoções de officiaes praticos de artilheria, sujeitando-os a certas habilitações, etc.

Aproveita a occasião para renovar os seus pedidos relativos ao negocio da santa casa da misericórdia de Elvas, pedindo desculpa á camara d'esta sua insistencia, nascida da necessidade de fazer constar aos seus constituintes o estado em que se encontra aquella pendencia; observando que na pergunta que dirigiu ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, logo no principio d'esta sessão, não intentou fazer a menor censura a s. ex.ª, porque a camara reconhece de certo o interesse com o qual s. ex.ª se desvela no prompto andamento dos negocios a seu cargo, e principalmente d'aquelles que dizem respeito immediato a estabelecimentos pios, como este. Em vista, porém, de que os únicos esclarecimentos que lhe é permitido conseguir já fóra, em relação a esta pendencia, são insufficientissimos para satisfazer com elles a justificada impaciencia dos seus constituintes, pedirá ultimamente, e pede ainda hoje os documentos que possam esclarecer a acção do estado em que se acha a questão, e que espera sejam brevemente remittidos á camara.

O sr. *Presidente*:—observa que os documentos a que se refere o sr. deputado, já chegaram á mesa, e d'elles se deu conta no expediente.

O *orador*:—declara que ignorava essa circumstancia, e agradece ao sr. presidente este esclarecimento, porque lhe proporciona a occasião de ir examinar esses documentos.

O sr. *Arribas*:—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Henriques Secco*:—manda para a mesa a seguinte declaração de voto:

«Declaro que na sessão de hontem votei na generalidade pela approvação do projecto de lei acerca da construção dos caminhos de ferro.—*Henriques Secco.*

Manda-se lançar na acta.

ORDEN DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO ARTIGO 1.º DO PROJECTO N.º 13
SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. *Thomás de Carvalho*:—continuando o seu discurso interrompido na sessão de hontem, observa que dizia hontem que esta questão já lhe parecia sufficientemente esclarecida, e não suppunha a especialidade possa trazer novos argumentos. A questão tem sido debatida dentro e fóra do parlamento, e com muito mais proficiencia fóra do parlamento, porque a imprensa é um grande poder, assume grande responsabilidade, e serve para esclarecer o paiz; e quando questões d'estas agitam os parlamentos e os espiritos, a imprensa deve encarregar-se tambem de a tratar profundamente como ella merece.

Tem-se questionado muito sobre o modo de celebrar contratos de caminhos de ferro, mas hoje está isso decidido: cada paiz adopta o seu systema; mas qual será o nosso? Não sabe. Tem visto contratos com adjudicação directa, por concurso e por subvenção; mas aqui a questão do concurso é importante, porque prende com a moralidade do governo, dizem alguns illustres deputados; porém, os mais acerrimos impugnadores do projecto cedem por esta vez das suas opiniões, abtem-se de fazer uma accusação ao governo, e votam pelas modificações, apesar de as julgarem mais, e por isso respecta mais a coherencia d'aquelles que votaram contra o projecto, por julgarem que logo que se approve as modificações, houve violação do principio do concurso.

Havia razões para apresentar estas modificações, e razões que não são as que tem apresentado os illustres deputados da opposição. Os que defendem as modificações nunca disseram que o conselho das obras publicas tinha errado; nunca disseram que os nossos engenheiros não sabiam da sua arte. Foi outro o motivo que levou as commissões a apresentar o projecto de lei como se acha exarado. Agora o que fizeram os oradores que o antecederam? Foi mostrar que havia certa plausibilidade na maneira de argumentar do concessionario.

Tem-se movido discussão sobre o modo de medir a largura da via, querendo os impugnadores das alterações provar que o caminho fica mais estreito segundo ellas, do que pelo contrato primitivo; mas tudo está no modo de contar a medida: o sr. Avila disse que em toda a parte se tomam as dimensões sobre o balastro, e verdade; tomam-se dimensões do balastro; mas não se subordinam as dimensões do caminho de ferro ás dimensões do balastro; este tem dimensões apropriadas unicamente á largura da via, e por consequencia deve ter a mesma largura e as mesmas dimensões em todo o comprimento da linha; mas sobre este ponto houve discussão nas commissões, dahi provieram divergencias entre os seus membros; e isto prova a conveniencia de se adoptarem as altera-

ções, para não terem mais tarde de ser decididas por arbitragem as duvidas que se suscitam desde já. Foi por isso que as commissões entenderam dever fazer modificações no contrato, e apresentá-las á camara; quer dizer, apresentarem-se as duvidas ao sr. ministro, o sr. ministro discutiu-as; depois tratou com o concessionario, ou já tinha tratado antes, não sabe, sabe que se chegou finalmente ao resultado do projecto de lei em discussão.

Entende pois que a discussão deve versar sobre o que nós perdemos ou ganhamos com estas condições, e se ellas podem ser uma ruína para o paiz, como se tem dito.

Já hontem tinha ponderado que lhe parecia, pelo menos extraordinario, que o seu amigo, e mestre na universidade, o sr. Ferrer, juntasse a sua voz autorisada a esses clamores que se têm levantado sobre a offensa feita á nossa nacionalidade; assumpto que tinha sido tratado pelo primeiro orador que tomou parte n'este debate, declarando que não podia consentir que viesse o concessionario, um estrangeiro, querer dar palmatoadas no governo e nos engenheiros portuguezes. O sr. deputado quer, só elle, usar da ferula contra o governo, contra as commissões, e contra a maioria da camara; não concede a mais ninguém esse privilegio.

Mas que concedemos nós, e o que nós dá o concessionario em compensação do que concedemos? Nós concedemos muito, na opinião de alguns oradores, e o concessionario não nos concede nada. Os prazos mais curtos para se fazerem os caminhos é uma burla; a feitura simultanea dos dois caminhos, outra burla; o augmento do peso dos carris não vale de nada; é uma ninharia, podem custar mais 35.000\$000 réis, que é isso? A formação de uma companhia, não se quer cá, para alguns, outros querem-na; e pôde desde já dizer-se camara, que a formação de uma companhia, que para uns não vale, foi o que levou outros oradores a votar as modificações, porque não acreditavam no caminho de ferro sem a formação da companhia; e todos sabem o alto caracter do orador que soltou estas palavras, e que é bem conhecido no commercio.

O sr. Ferrer não foi tão mau de contentar como outros srs. deputados, por que achou que effectivamente havia certa compensação no augmento do peso dos carris, e é evidente que lá, s. ex.ª é justo. Achou tambem que havia vantagem no encurtamento dos prazos, e a este respeito disse s. ex.ª que ganhava o concessionario, e ganhavam nós. É exactamente o que nós queremos, é que ganhem todos. Já se vê pois que ha diversidade de opiniões a respeito d'estes §§ da lei.

Nós concedemos adiamento e não dispensa dos movimentos de terra para a segunda via, como disse o primeiro orador que abriu o debate, que nunca fallou em adiamento, e só em dispensa, o que é muito differente, e o concessionario em compensação concede-nos tudo o que a camara já sabe, e que por isso não repete.

Resta calcular quanto ganha o concessionario pelo adiamento do movimento de terra. Confessa que não sabe fazer este calculo. Uns calculam em 700.000\$000 réis, outros em 840.000\$000 réis, outros em 1.200.000\$000 réis, outros em 1.600.000\$000 réis, e outros em 2.000.000\$000 réis; d'aqui para cima ainda não se passam. É verdade que por um suphismo habil, mas não tão habil que não seja conhecido de todos, se tem querido elevar esta somma de 2.000.000\$000 réis, a 8.000.000\$000 réis, pelo tal systema de juro composto, dizendo-se que 2.000.000\$000 réis, durante quatorze annos, pelo systema de juro composto pôde dar 6.000 ou 8.000.000\$000 réis, e assim por diante, de maneira que por este modo de contar, no fim de um maior numero de annos não sabe onde esta somma iria parar.

Mas nós não concedendo ao concessionario o adiamento do movimento de terra para a segunda via, em paga d'esse favor devemos gosar o caminho mais cedo. Sobre isto ha tambem diversas opiniões, uns dizem que é impossivel fazerem-se os caminhos dentro dos prazos marcados no contrato, outros, e entre elles o sr. Lobo d'Avila, lamentam que tal se dê porque d'ahi devem resultar graves prejuizos á agricultura pela falta de braços e augmento dos salarios. Ficou abismado quando ouviu isto! sem duvida á vista de tão fortes razões não se devem fazer obras grandiosas em Portugal, e devemos limitarmos-nos a um ou outro pequeno reparo em qualquer estrada, para não tirar os braços á agricultura. Quando todos gritam que não ha caminhos, quando se reconhece que não é possivel transportar os productos das differentes terras do paiz para os grandes focos de população, para as localidades onde têm mais prompto consumo, diz-se que não se devem fazer obras porque tiram os braços á agricultura!

Mas outro engenheiro, tambem sisudo, declarou que era impossivel fazer a obra em tão curtos prazos, e por consequencia o melhor era voltar aos prazos antigos, tendo anteriormente demonstrado outro engenheiro, que na linha de leste não havia grandes obras d'arte a fazer, e que para o caminho de ferro do norte se procurava actualmente outra directriz, que não tivesse tambem grandes obras d'arte. Se não ha grandes obras d'arte, o que impede que o caminho para uma só via se possa fazer dentro dos prazos mais limitados? E quem não admittiu que o caminho, com uma só via, e sem grandes obras d'arte, se possa fazer dentro d'estes prazos, tambem não deve admittir que se faça nos prazos estabelecidos no primitivo contrato. Mas as commissões não podiam assentir a essa mudança de prazos, porque, não fallando nos interesses economicos do paiz, elles significam uma pena; essa pena subsiste, e quem não quer votar esta grande concessão feita a Salamanca, vota pelos prazos limitados, porque sabe de antemão que elle não ha de fazer o caminho dentro d'estes prazos, e por consequencia vota o contrato sem modificações, reduzindo-se a questão apenas a esperar dois ou tres annos.

Mas já foi demonstrado pelo sr. Nogueira Soares, que, reduzida a questão a dinheiro, ganhamos alguma coisa com o encurtamento dos prazos, e só o maraviha que o sr. Avila não o comprehendesse assim. Como disse o sr. Nogueira Soares, a subvenção, alem de outros interesses, representa, pelo menos, o juro d'essa quantia, porque se o governo entendesse que a construção do caminho não valia, pelo menos, o juro da subvenção, não a dava, ou dava uma subvenção menor; por consequencia, quanto mais cedo gosamos o caminho, mais cedo gosamos o juro d'essa somma, que calculado dá 600.000\$000 réis, pouco mais ou menos. E note-se que foi este o principio que levou o governo a capitalisar os juros das sommas gastas com o caminho de ferro de leste, e ainda hontem o sr. Carlos Bento disse, que se tomam como capital empregado na construção os juros das sommas empregadas n'essa construção.

Ha ainda uma compensação notavel que lhe parece que foi posta muito de proposito para responder a certas objecções que já foram feitas, sobre o emprezario poder levantar o deposito depois de ter recebido um certo numero de subvenções, e fazer o caminho de ferro de leste por ser mais facil, pondo de parte o caminho de ferro do norte. As commissões quizeram responder a esta argumentação, e estabeleceram a condição de serem feitos parallelamente os caminhos de ferro do norte e do sul; e elle, orador, que acredita tanto no caminho de ferro do sul como no do norte, não pôde deixar de entender que é esta uma grande compensação.

Ainda se adquiriu uma grande garantia que não estava no contrato, que é a companhia. A este res-

peito as opiniões têm sido diversas. Uns não acreditam em companhia, outros acreditam n'ella, mas não acreditam no sr. Salamanca; porém pela sua parte declara, que confia muito mais n'uma companhia de que n'um concessionario.

O sr. Antonio José d'Avila mostrou com todo o esmero e galhardia, que o sr. Salamanca era elle mesmo a companhia, e não viu a companhia; o sr. Lobo d'Avila viu o concessionario na companhia e a companhia no concessionario. O sr. Ferrer, depois de fazer uma longa periphrase pelos estatutos, achou só a companhia e o sr. Salamanca evaporado, e disse, que reservando-se o sr. Salamanca fazer os movimentos de terra para a segunda via, passando o seu contrato a uma companhia, embolsa elle o bonus do adiamento da segunda via, a companhia não fica obrigada áquillo que o sr. Salamanca se reservou, e n'este caso quem ha de fazer os movimentos de terra para a segunda via? A primeira vista fez-lhe impressão esta observação, e já tinha dito consigo mesmo que não havia recio áquillo, porque avisados os capitalistas pelos discursos do sr. Avila e do sr. Ferrer, não caíam no laço; mas mesmo pelo contrato essa observação não colhe, porque n'elle se diz que o sr. Salamanca transmite á companhia sem restricção ou reserva, todos os direitos por elle obtidos e resultantes da lei que approvar o contrato; por consequencia não pôde reservar para si cousa alguma. A respeito do valor da companhia, citará unicamente a opinião do conselho das obras publicas, que n'um documento de que a camara tem conhecimento diz, que uma companhia dá muito mais solidas garantias, sem prejuizo do credito de ninguém.

E uma coisa que o espanta a difficuldade que vê da parte de certos oradores em approvarem estas modificações, porque todos têm caído n'estas contradicções, e o caso está em adoptar modificações que sejam justas, razoaveis, e em beneficio do paiz. Não sabe se deve fallar de um outro contrato, porque o sr. Ferrer quiz reduzir tudo á actualidade, de maneira que é necessario abolir a historia e a responsabilidade humana, mas não é assim; o homem é solidario com o seu passado, e os homens publicos têm de dar a razão dos seus actos. Por ventura não se lembram da ponte do Porto muitos dos illustres deputados que hoje têm difficuldades em adoptar certas modificações? Permitta-lhe a camara uma anedocta. Quando partiu para França, durante a viagem ouviu a seguinte conversa entre o mordomo de um fidalgo e o segundo do navio. Dizia o mordomo: «tive esta noite um sonho horrivel; sonhei que tinha engolido a carruagem de meu amo, menos o timão.» «Pois eu, respondeu o segundo do navio, succedem-me a mesma coisa; sonhei que tinha engolido o vapor, menos a chaminé.» Porém a ponte do Porto foi engulida toda inteiramente com pégaes e tudo, e aquellas que então foram tão largas, estreitam-se hoje a ponto de resistir á mais pequena modificação. O sr. Avila, então ministro, tinha declarado na camara dos pares que o Porto era o Porto, e não Villa Nova de Gaya; lançou-se na acta d'aquella camara que a ponte do Porto estava no contrato, mas a final o empenzario convenceu em pagar metade da despesa da ponte, devendo fazer a quando se fizesse um caminho do Porto para o norte do reino, o que importava o adiamento indefinido da mesma ponte, cuja despesa está orçada em 900.000\$000 réis, e então não houve difficuldade em adoptar esta colossissima modificação.

Votando-se a emenda do sr. Carlos Bento, votase uma pendencia, um pleito, demandas, contestações, o adiamento d'este grande melhoramento, o adiamento das esperanças de todos. Mas votando as modificações, elle, orador, tem fé e esperança em que se ha de fazer o caminho de ferro, e tendo fé e esperança, compete depois haver caridade com o paiz, que ha tanto tempo o reclama.

O sr. *Thiago Hortá*:—com quanto a questão esteja exhausta, a sua posição especial leva-o a occupar por algum tempo, mas pouco, a attenção da camara; por quanto sendo membro da commissão de obras publicas, e tendo assignado o parecer com declarações, deve dizer com franqueza e ingenuidade a razão porque assim o fez.

Abraçando o artigo que se discute todo o assumpto, isto é o contrato e as modificações, declara que approva o contrato e as duas primeiras modificações, mas não approva a terceira.

Esta modificação teve origem na questão da contagem das medidas. O concessionario pretendendo que com as dimensões que estavam no contrato não podia estabelecer a linha segundo as prescripções da sciencia, e as que estavam marcadas no contrato, quer o adiamento dos ateiros para a segunda linha, e offerece em troca a construção do caminho em menos tempo, caris de 35 kilogrammas em vez de 34, e sobre tudo a obrigação de formar uma companhia, concessões na verdade vantajosas, mas que não compensam a que elle exige, porque uma via só dá menos segurança, e proporciona um serviço mais difficil.

Nestes termos entende que seria mais vantajoso para o paiz não prescindir dos movimentos de terra desde já para a segunda via, pelo menos no que respecta ao caminho que nos ha de ligar com a Europa, e preferia antes que se augmentasse a subvenção.

O sr. *Coelho do Amaral* (sobre a ordem):—manda para a mesa uma emenda ao artigo 1.º

Approva que se construa o caminho de ferro de leste, mas não acredita na conveniencia da construção do caminho de ferro do norte, por que, tendo a convicção profunda de que os encargos resultantes d'essa linha não hão de ser compensados pelas vantagens e beneficios que ella possa dar, duvida de que o seu rendimento haja de supprir as despesas da exploração.

Não julga ser esta a occasião mais propria para ir pedir ao imposto os meios necessarios para fazer face a uma espartosa divida publica.

Faça-se a linha de leste; estabeleçam-se as nossas communicações acceleradas com a Europa; façam-se as nossas estradas ordinarias, de que tanto carece o paiz, e de que as Beiras estão privadas; facilitem-se os capitales para o desenvolvimento da riqueza publica, e então se verá quaes são as linhas ferreas que se devem construir; mas antes d'isso recusa que a nossa impaciencia nos prejudique.

Approvou o contrato Petto porque entendeu que o caminho de ferro do norte, celebrado n'essa occasião, seria na sua maxima extensão, e seria o tronco da linha ferrea inter nacional; concebiu grandes esperanças de que este caminho podia ser uma razão poderosa, para que a nossa linha ferrea inter-nacional atravessasse a Beira, e fosse dar animação á essa provincia tão abundante em productos agricolas.

Tratando-se porém, das duas linhas ferreas de leste e do norte, e entendendo que os encargos do caminho de ferro do norte hão de ser muito gravosos, e que não hão de ser compensados com os beneficios que essa linha nos ha de proporcionar, manda para a mesa a seguinte proposta:

Emenda ao artigo 1.º

«Onde se diz:—para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha—se diga:—unicamente na parte relativa á construção do caminho de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha.—*Francisco Coelho do Amaral*—*Antonio Eleuterio Dias da Silva*—*José Maria da Costa e Silva*—*S. M. de Almeida*—*A. J. Ferreira Pontes*—*José Maria Frazão*—*João Joaquim Alves Chaves*—*João José Coelho de Carvalho.*»

Foi admittida.

O sr. *Moraes de Carvalho* (sobre a ordem):—fem tambem a mandar para a mesa uma proposta com substituição ao artigo que se discute, e a algumas das condições do contrato a que elle se refere.

Entende que é necessario consignar no projecto algumas disposições, para que o contrato seja uma realidade e d'elle não venha prejuizo ao estado, e essas disposições na sua opinião, são as que se acham consignadas na substituição que vae mandar para a mesa. Tem visto que se tem apresentado duvidas, e parece-lhe que pela sua proposta essas duvidas cessarão.

Observa que não é exacta a proposição avançada pelas commissões de que, embora o concessionario luere muitos contos com o contrato, a nação não soffre prejuizo; por quanto, sendo a concessão dada pelo systema de subvenção, e correspondendo a subvenção a metade do custo dos caminhos, metade do custo dos movimentos de terra da segunda via, isto é, 425.000\$000 réis, ha de ser paga pela nação, e não é ella tão rica que possa desde já fazer ao concessionario um presente de 425.000\$000 réis; presente que para se realizar traz consigo encargos, porque esta quantia ou ha de ser levantada por emissão de titulos de divida publica, ou por um empréstimo.

A respeito do encurtamento dos prazos, declara que é completamente incredulo, não por falta de confiança no concessionario, mas porque lhe não ha de ser possivel ter promptos os caminhos nos prazos em que os promete; e o interesse do paiz não ha de deixar que o governo obrigue o concessionario a cumprir a sua promessa.

Quanto á penalidade, acha que a da rescisão do contrato que tinha sido marcada na concessão original, é real e efectiva, qualidades que não encontra na penalidade imposta no concessionario nas modificações; porque consistindo esta em o governo obrigar o concessionario a fazer os movimentos de terra da segunda via, se elle se recusar, o governo tem de se mandar fazer por conta da empresa, correndo com a despesa toda, para depois a haver da mesma empresa, do que resultará envolver-se com ella n'uma demanda, que não vale a pena das custas.

Entendia pois melhor manter o contrato ou concessão original com relação aos prazos e á penalidade; mas não querendo privar a nação das vantagens que lhe possam porvir de um encurtamento de prazos, que seja possivel dar-se, entende conveniente que, se o sr. Salamanca fizer os caminhos nos prazos prometidos, se lhe entreguem os réis 425.000\$000 que se lhe querem dar, não como presente, mas como remuneração pelo cumprimento da sua promessa.

Depois de mais algumas reflexões manda para a mesa a seguinte

SUBSTITUIÇÃO AO ARTIGO 2.º E SEUS NUMEROS

§ 2.º É o governo autorisado a acordar com a empresa sobre as larguras dos caminhos de ferro de leste e norte em todas as suas partes, sendo todo subordinado á largura da via hespanhola que fica adoptada.

§ 3.º Pelo meio arbitral estabelecido no contrato celebrado em 14 de setembro de 1859 se decidirá se as larguras assentadas entre o governo e o empenzario são maiores ou menores, que as n'elles estipuladas; e se acaso se averiguar e decidir que de ali resulta algum prejuizo para o dito empenzario, o que a nação é responsavel por elle, far-se-ha a indemnisação devida.

§ 4.º Se a empresa julgar conveniente augmentar ainda as dimensões assim assentadas com o governo, ou qualquer outra das que se acham estipuladas no contrato, poderá fazê-lo, de accordo com elle, sem direito a subsidio ou indemnisação pelo excesso da despesa que de ali provenha.

§ 5.º É tambem o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que no juizo do mesmo governo dê segurança completa da execução d'este contrato, a conceder-lhe a facultade de adiar a execução dos movimentos de terra para a segunda via. (O mais como se acha no n.º 6.º do § 2.º do projecto.)

§ 6.º Na hypothese do § antecedente se calculará e decidirá tambem no juizo arbitral, qual a somma correspondente aos movimentos de terra para a segunda via, e metade d'ella será abatida na subvenção rateadamente, segundo os pagamentos que tiverem de se fazer; essa mesma quantia será entregue á empresa quando esta tiver de assentar a segunda via.

§ 7.º Se o caminho de ferro de leste e o do norte até á margem esquerda do Douro estiverem effectivamente concluidos e promptos para serem entregues á circulação, antes dos prazos marcados no contrato, a saber: o primeiro dentro de dois annos e meio, e o segundo dentro de tres annos, a contar da approvação do contrato pelas cortes, devendo o do norte estar completo até á margem direita do Douro, na cidade do Porto, dentro de quatro annos, a contar da mesma epocha, será entregue á empresa desde logo, a metade da somma respeitante aos movimentos de terra, que tiver sido descontada para a usufruir, até que chegue a epocha de a empregar para a segunda via.

§ 8.º, o n.º 9 do artigo 1.º; § 2.º, passa para § 9.º

Moraes de Carvalho.

(Continuando) diz, que estas disposições são vantajosas para a nação e para o concessionario.

A nação tira d'ellas as seguintes vantagens:

1.ª A construção dos caminhos em boas condições, o que as modificações não garantem.

2.ª A esperança de se formar uma companhia que dê garantias e segurança completa da execução do actual contrato.

3.ª Não se desembolçar desde já a metade da despesa dos movimentos de terra para a segunda via.

4.ª A esperança de se conseguir a construção dos caminhos de ferro em termos mais breves que os marcados no contrato original.

O concessionario tira das disposições da substituição que apresenta as seguintes vantagens:

1.ª Poder construir os caminhos desde já em boas condições.

2.ª O prejuizo que lhe resultar das alterações, que se fizerem no contrato, ha de ser-lhe indemnizado.

3.ª A dispensa de gastar dinheiro com os movimentos de terra em quanto não chegar a epocha de se assentar a segunda via.

4.ª Uma valiosa recompensa se effectivamente encurtar, conforme promette, os prazos para a conclusão dos caminhos de ferro.

Conclue dizendo que na confecção da sua proposta não teve por conselheiros senão a sua razão e a sua consciencia, e não teve em vista senão cumprir o seu dever.

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Gomes de Castro*:—requer que esta substituição seja impressa no *Diário de Lisboa.*

O sr. *Presidente*:—observa que n'isso não ha duvida alguma; nem é preciso consultar a camara para esse fim.

O sr. *Ponte e Hortá* (sobre a ordem):—por parte das commissões, manda para a mesa uma emenda em relação ao artigo que se discute, e faz notar, que a apresentação d'ella é uma prova da franqueza e lealdade n'este negocio.

A emenda é a seguinte:

SUBSTITUIÇÃO AO ARTIGO 1.º DO CONTRATO SALAMANCA

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato celebrado em 14 de setembro de 1859 entre o governo e D. José do

Salamanca, para a construção dos caminhos de ferro de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha, o qual contrato vae junto á lei e d'ella faz parte.

ADITAMENTO AO ARTIGO 1.º

Devendo a directriz do caminho de ferro de leste passar proximo da praça de Elvas no ponto em que o governo julgar conveniente.

§ 1.º É o governo autorisado a alterar, de accordo com a empresa, o artigo 44.º do mencionado contrato.

1.º Na parte em que determina que os preços, hoje em vigor no caminho de ferro de leste, fiquem estabelecidos como maximos até á conclusão do mesmo caminho, podendo estabelecer-se desde já o que dispõe o § 4.º do mesmo artigo, para o caso da conclusão da linha até á fronteira;

2.º No disposto no § 6.º do mencionado artigo 44.º, substituindo as palavras= o producto bruto total do ultimo anno= pelos seguintes termos= o producto bruto das tarifas recebido pela empresa no ultimo anno, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração.

§ 2.º É tambem o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que, no juizo do mesmo governo, dê segurança completa da execução d'este contrato, a accordar com a mesma empresa nas seguintes condições:

1.ª As dimensões das diversas partes do caminho em perfil transversal, tanto para uma como para duas vias, em ateiros ou desateros e terrenos de rocha, assim como nas obras de arte, nunca serão inferiores das dimensões correspondentes das principais linhas de ferro hespanholas.

2.ª Se a empresa julgar conveniente augmentar ainda as dimensões precedentes ou qualquer outra das que se acham estipuladas no contrato, poderá fazê-lo de accordo com o governo, sem direito a subsidio ou indemnisação pelo excesso da despesa que d'ahi provenha.

3.ª O peso dos carris será pelo menos de trinta e cinco kilogrammas por metro corrente no primeiro assentamento da via.

4.ª A empresa terá a facultade de adiar a execução dos movimentos de terra para a segunda via no caminho de leste, para a epocha em que o producto bruto annual for de 4.500\$000 réis por kilometro, e no caminho do norte para quando o mesmo producto for de 5.400\$000 réis. Se a empresa quando chegarem as epochas acima mencionadas não exceder esta condição, poderá o governo mandar proceder aos trabalhos e fazê-los executar por conta da mesma empresa.

5.ª O caminho de ferro de leste e o do norte, até á margem esquerda do Douro, estarão concluidos e promptos, para serem entregues á circulação, o primeiro dentro de dois annos e meio, e o segundo dentro de tres annos, a contar da approvação do contrato pelas cortes, devendo o do norte estar completo até á margem direita do Douro, na cidade do Porto, dentro de quatro annos, a contar da mesma epocha.

6.ª Se em cada uma das epochas acima mencionadas não estiver concluido qualquer dos caminhos, a empresa será obrigada a executar então os movimentos de terra para a segunda via, tendo o governo o direito de os fazer executar por conta da mesma empresa, ficando em pleno vigor a sancção penal, estabelecida no contrato para os prazos n'elles mencionados.

7.ª O governo terá o direito de fiscalisar os trabalhos, para o fim de que elles tenham igual desenvolvimento nas linhas do norte e de leste, devendo em todo o caso estar concluido e completo na linha do norte um numero de kilometros nunca inferior aos dos kilometros construidos na continução da linha de leste, um anno depois da approvação do contrato pelas cortes.—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque*—*José Estevo Coelho de Magalhães*—*João Gonçalves Mamede*—*Hermenegildo Gomes da Palma*—*Carlos Cyrillo Machado*—*Justino Antonio de Freitas*—*Thomás de Carvalho*—*Augusto Xavier Palmeirim*—*Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos*—*José Maria da Ponte e Hortá*, relator.

O sr. *Presidente*:—como esta proposta é apresentada por parte das commissões e de accordo com o governo fica em discussão, como considerada nos logares competentes do artigo.

O sr. *Plácido de Abreu* (para um requerimento):—visto que o governo varia nos perfis para a construção dos caminhos de ferro de que se trata, em relação aos que estavam designados no contrato, seria bem que os srs. ministros mandassem á camara os perfis-typos, para os srs. deputados os poderem ver e considerar em relação aos perfis antigos, e por isso manda para a mesa a seguinte proposta:

«Requiro que o governo instrua com os competentes perfis de construção (perfis-typos), a proposta apresentada na sessão de hoje, em relação ás dimensões dos caminhos de ferro contratados com D. José Salamanca.

mandou para a mesa não foi um requerimento, mas uma proposta, que é considerada nos mesmos termos que as mais propostas, para se discutir conjuntamente com o artigo do projecto.

O sr. *Barros e Sá*—cede da palavra sobre a ordem, mas pede que se não consinta que, a pretexto de uma moção de ordem, se discuta a matéria. Sabe que o regimento permite que se fundamentem as propostas que se apresentam, mas também sabe que se pôde abusar d'esta permissão do regimento; por que é muito fácil, depois de fazer uma moção, fazer um discurso: já o tem feito algumas vezes, mas agora não o faz, porque quer estar na ordem.

O sr. *Presidente*—nota que a satisfação do desejo do illustre deputado depende mais dos srs. deputados que apresentam as moções de ordem, que da presidência.

O sr. *Lobo d'Avila* (sobre a ordem)—não deseja de modo algum tirar a palavra aos oradores que estão inscriptos para fallar sobre a matéria, mas não tem outro meio para apresentar uma emenda ao artigo, senão pedindo a palavra sobre a ordem.

A emenda que tem a apresentar tende a facilitar a execução do contrato, e a eliminar as dificuldades que se trouxeram a discussão, e que não existiam na primitiva proposta do governo.

Pelo discurso que ha pouco acabou de ouvir, com o maior gosto, ao sr. Moraes Carvalho, que tratou esta questão com a maior lucidez e proficiência, mais se convenceu da utilidade e necessidade absoluta de apresentar a sua emenda para desembarcar o contrato das dificuldades que tem sido apresentadas na camera. O contrato, com todas as alterações propostas, é um embroglio de tal ordem que serão necessárias todas as correções apresentadas pelo sr. Moraes Carvalho para poder ser executado.

Quando da parte dos juriscosultos mais abalizados da camera apparecem já grandes duvidas, que fará da parte do concessionario; portanto entende que faz um bom serviço ao paiz apresentando qualquer proposta que corte tudo quanto tem vindo complicar esta questão, e levantar duvidas que podem dar origem a muitas questões, em logar de dar origem a um caminho de ferro, porque as contestações podem ser tantas que a final tenhamos de pagar indemnisações, em vez de pagarmos caminhos de ferro.

A sua proposta é a seguinte

EMENDA AO ARTIGO 1.º

§ 1.º É o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que, no juizo do mesmo governo, de segurança completa da execução d'este contrato, para alterar, de accordo com a referida empresa, o artigo 44.º do mencionado contrato:

1.º Na parte em que determina que os preços, hoje em vigor no caminho de ferro de leste, fiquem estabelecidos como máximos até á conclusão do mesmo caminho, podendo estabelecer-se desde já o que dispõe o § 4.º do citado artigo para o caso da conclusão da linha até á fronteira;

2.º No disposto no § 6.º do mencionado artigo 44.º, substituindo as palavras—o producto bruto total do ultimo anno—pelos seguintes termos—o producto bruto das tarifas recebido pela empresa no ultimo anno, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração—

Sala da camera, 30 de março de 1860.—*Joaquim Thomaz Lobo d'Avila*, deputado por Santarém.

Como tivessees dado a hora fica com a palavra reservada para amanhã, a fim de continuar a fundamentar a sua proposta.

O sr. *Presidente*—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão—*Eram quatro horas da tarde.*

RECTIFICAÇÃO

Entre algumas inexactidões que se encontram no extracto do discurso do sr. deputado Carlos Bento, acham-se a das proporções estabelecidas pelo engenheiro Vafier, acerca da relação dos movimentos de terra para com o custo total, que é de $\frac{1}{3}$ e de $\frac{1}{4}$, respectivamente a cada um dos caminhos do norte e de leste, e não a proporção que se encontra estabelecida no extracto referido.

Em consequência de se ter publicado com algumas incorrecções o seguinte projecto de lei do sr. deputado Lopes Branco, sobre organização judicial, novamente se publica.

Senhores.—Venho offerecer á vossa consideração uma lei importante, a qual, ao menos, deveis attribuir ao zelo com que não tenho deixado perder o fructo da experiencia que tenho, do estado em que se acha a organização judicial do paiz. Este ramo da administração publica exige uma reforma completa e radical; e quem negasse esta verdade, negava, o que a evidencia mais clara está patenteando aos olhos de todos.

O projecto que vos apresento, é extenso; e, explicar as suas diversas disposições, era consumir tempo, de que preciso para outros trabalhos, e que a vossa sabedoria me dispensa.

Empenhei-me especialmente no trabalho que submetto á vossa consideração, em adoptar todas as medidas que, ha muito tempo, estou convencido que são necessárias, para fazer que os membros do corpo judicial, e os empregados a quem está commettido o serviço de que dependem as decisões d'este poder do estado, guardassem os limites das suas respectivas posições; administrassem justiça com imparcialidade; respeitassem os superiores da sua hierarchia; os abusos se prevenissem; quando os houvessem, não deixassem de ser punidos; as partes possessem confiar na rectidão dos juizes e dos tribunaes; e as causas julgar-se sem delongas.

Acharei no projecto que vos submetto disposições demasiado singulares. Proponho augmento do juizes crimes em Lisboa e Porto, alguns privativos, e numero maior das comarcas do reino; e ordeno para alguns escrivães. Não vos deixei levar da impressão, que hão de causar-vos estas providencias. Meditae-as, para as avaliar; e confiae no entanto na profunda convicção da necessidade, que me vo-las proponho; que ainda me fica o pesar, de não lhes dar a extensão que deviam ter, mas que alcançaram com o tempo.

A despeza porém da organização que vos proponho, não é que ha de embarçar-vos, no acolhimento com que honrarei o projecto que vos proponho; porque junto a elle vereis que, por meio de medidas correspondentemente economicas, a despeza da organização, que submetto á vossa consideração, não passa de insignificante e quasi nulla.

E por outra parte vereis, que eu mesmo me submetto, a mim e aos tribunaes a que pertenco, a fiscalisação, que é de absoluta necessidade que se adopte, e que a carta exige, para que o poder judicial possa ser efficaçemente a garantia poderosa da honra, da vida e da fazenda dos cidadãos; e que, alem d'isto, cõrto por interesses que estavam a caber-me em poucos annos, propondo a revogação da lei aonde elles se acham consignados, movido da convicção que tenho, de que n'isso dou ao paiz mais uma segurança, com que devo confiar na boa administração da justiça.

Submetto pois á vossa approvação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º As relações de Lisboa e Porto compor-se-hão, cada uma, de dezesseis juizes proprietarios, e dois supranumerarios.

É supprimida a relação dos Açores.

Art. 2.º Cada uma das relações do reino será dividida em tres secções pelos respectivos presidentes, das quaes duas julgarão os processos civis, e uma os crimes exclusivamente, fazendo cada uma d'ellas uma sessão por semana.

Art. 3.º As secções de cada relação se denominarão, a saber: duas, primeira e segunda *mesa do civil*, e a terceira *mesa do crime*. Os desembargadores das mesas do civil serão transferidos, de dois em dois annos, para a do crime, e os d'esta para aquellas pelos respectivos presidentes, de forma que n'esta epocha todas as mesas se formem, na sua totalidade, de desembargadores das outras.

Art. 4.º Junto de cada relação serve um procurador regio e dois ajudantes. Cada ajudante vencerá 800\$000 réis de ordenado. Junto de cada procurador regio serve um secretario, e os demais empregados de que actualmente se compõe a secretaria da procuradoria regia.

Art. 5.º O procurador regio serve na *mesa do crime*, e os seus ajudantes cada um na sua *mesa do civil*.

Art. 6.º No impedimento dos desembargadores proprietarios, serão chamados os supranumerarios, pela ordem em que estiverem, e conforme o serviço que antecedentemente houverem feito. Quando os desembargadores supranumerarios não forem suficientes, para preencherem os logares dos proprietarios impedidos, os presidentes os supprirão com os não impedidos das outras secções.

Art. 7.º O ordenado do presidente de cada relação é de 2:000\$000 réis, e o de cada desembargador supranumerario de 800\$000 réis.

Art. 8.º Aos presidentes das relações compete conceder licença por quinze dias aos desembargadores, com causa justificada.

Art. 9.º Os presidentes das relações são obrigados, debaixo da sua immediata responsabilidade, a propor ao governo a aposentação dos desembargadores, que se impossibilitarem de julgar, por incapacidade physica ou moral, e por avançada idade.

Art. 10.º Os presidentes das relações poderão emprazar os escrivães e officiaes de justiça do seu respectivo districto, e censura-lhes pessoalmente perante o tribunal; ou suspende-los, e propor ao governo, se for caso d'isso, a sua demissão, fazendo-lhes para esse fim o processo necessario, com os documentos que a justifiquem.

Art. 11.º Quando os juizes de primeira instancia faltarem ao respeito que devem aos tribunaes superiores, nas respostas que derem aos recursos que d'elles forem interpostos, ou em discursos publicos, quando exercerem as suas funcções, os desembargadores os censurarão por accordo, e os poderão emprazar, para serem censurados perante o tribunal; e, se o caso for de gravidade, poderão determinar por accordo que, juntos os precisos documentos, se remetta tudo ao governo, para mandar instaurar contra o juiz o competente processo.

Art. 12.º Em cada uma das relações haverá livros especiaes, para n'elles se lançarem as censuras e os procedimentos que ficam ordenados pelos artigos antecedentes contra os juizes de primeira instancia e escrivães e officiaes de justiça, dos quaes os presidentes remetterão todos os annos certidões ao governo, para os effectos devidos.

Art. 13.º Haverá mais em cada uma das relações um livro, aonde o tribunal mande por accordo, que seja lançada a nota de alguma sentença ou despacho evidentemente inepto ou proferido com flagrante violação da lei por juiz de primeira instancia, de cujos registos o respectivo presidente dará conta ao governo, para os effectos convenientes.

Art. 14.º Haverão junto de cada relação dois advogados nomeados pelo governo, para defensores dos réus crimes, que servirão tambem de curadores, dos que forem menores, com o ordenado cada um de 200\$000 réis.

Art. 15.º É prohibido ser advogado, procurador, e até mesmo solicitar, em todas as instancias e tribunaes, nas causas em que seja juiz pae, sogro, irmão, cunhado, ou parente até ao quarto grau.

Art. 16.º Perante as relações só podem haver vinte procuradores agentes, que serão admittidos por concurso, e com previo exame perante o respectivo presidente, por quem serão nomeados.

Art. 17.º Aos procuradores agentes sómente é permitido solicitar; e lhes é prohibido fazer requerimentos e allegados, que sómente serão feitos ou mandados escrever por advogados, e por estes assignados.

§ unico. É applicavel a disposição d'este artigo a todos os juizes e tribunaes.

Art. 18.º Junto de cada relação um dos quatro escrivães será privativo do crime, e vencerá 700\$000 réis de ordenado, além dos salarios que lhe pertencem.

Art. 19.º É prohibido aos escrivães de todos os tribunaes e juizes ter feis, e estes ao seu serviço menores de vinte e cinco annos; e sómente empregarão e consentirão na passagem dos feitos para fóra do seu cartorio e na cobrança d'elles, homens honestos e de reconhecida probidade.

Art. 20.º Os recursos que se interposerem para as relações se remetterão em subscripto fechado e lacrado ao respectivo presidente, a quem serão apresentados em mesa nos dias da sessão do tribunal; e só elle os abrirá, ou fará abrir na sua presença pelo guarda-mór, e perante si lhe mandará numerar os processos, e que se distribua.

Art. 21.º As partes que não prepararem os seus recursos, ou não juntarem procuração aos autos, trinta dias uteis depois de distribuidos, serão apreçadas na primeira sessão seguinte da mesa, aonde tiverem pertencido, lançadas, e os recursos julgados peremptoriamente desertos e não seguidos.

Art. 22.º Os autos cobrar-se-hão dos advogados, primeiro com um mandado de cobrança para que os entreguem estando despachados, e, não o estando, para que os despachem e os entreguem dentro de tres dias improrogaveis, findos os quaes se passará mandado de captura.

Art. 23.º Passados os prazos legais para as partes arrosarem, ou tenham ou não tenham juntado procuração, se continuarem os termos ultteriores, como se o houvessem feito, sem por nenhum motivo, por mais allegado que seja, ou fundado parça, esses prazos se alterarem, e se lhes conceder arrosarem.

Art. 24.º A parte que juntar procuração, fóra do prazo em que devia fazê-lo, toma o processo no estado em que se achar.

Art. 25.º Ou se tenha, ou não se tenha juntado procuração, não se fará mais citação nem intimação alguma ás partes, depois do recurso ter sido distribuido no tribunal; devendo reputar-se intimadas de todos os termos e dos despachos e dos accordos que se preferirem, por virtude da intimação da remessa do recurso, a qual, para esse fim, se fará com todas as formalidades legais.

§ unico. São exceptuadas as intimações, para qualquer acto que seja ordenado pelo tribunal, ou requerido por algumas das partes, como são louvações, victorias, exames e outros que exijam comparecimento, ou para se fallar a artigos que tenham contestação.

Art. 26.º Nenhum desembargador poderá demorar qualquer processo em seu poder, ainda mesmo que seja para tencionar, mais do que quarenta dias, sem justa causa de impedimento legitimamente comprovada; e pela demora alem d'aquelle prazo, ficará responsavel ás partes, pelos prejuizos que d'ella lhes resultarem.

Art. 27.º O vencimento nas relações faz-se, tanto nas causas civis como nas crimes, e em todos os recursos, por tres votos conformes.

Art. 28.º Nas causas crimes em que houverem réus menores, são seus curadores os advogados que ficam creados pelo artigo 14.º da presente lei, e cessa por isso a nomeação d'elles pelo relator; e, nas civis em que tambem os houverem, ficam sendo curadores os advogados, que forem constituídos pelos tutores, ou pessoas que os representarem.

Art. 29.º Os escrivães das relações são obrigados a fazerem conclusos os recursos, que lhes forem distribuidos, tanto civis como crimes, dentro de cinco dias, contados d'aquelle em que tiver sido feito o preparo.

§ unico. Nos outros termos ultteriores, os autos os seguirão sempre dentro de vinte e quatro horas, contadas da data em que tiverem saído da conclusão, ou sido recebidos da outra parte no cartorio. A demora, alem d'este prazo, e d'aquelle que fica estabelecido neste artigo, será punida com a pena de censura, simplesmente por accordo, ou tambem perante o tribunal, e multa de 10\$000 até 50\$000 réis, impostas ambas estas penas, ou por officio dos desembargadores, ou a requerimento da parte que se sentir prejudicada com a demora.

Art. 30.º Em todos os recursos que subirem ás relações, as nullidades ficam reduzidas unicamente aquellas, na presença das quaes os desembargadores declararem por accordo, que são substantiacas, e que ellas influem de tal modo na decisão da causa que, em quanto não forem suppridas, não podem julgar o recurso.

Art. 31.º Fica restabelecida a legislação anterior á carta de lei de 18 de julho de 1855, para effecto dos processos crimes serem continuados com vista ás partes, sómente para se tirarem apontamentos, e se lhes pôr o visto.

Art. 32.º Se os advogados faltarem ao respeito que devem aos desembargadores nas suas allegações escritas ou oraes, o tribunal os censurará por accordo, e, se for caso para isso, poderá suspende-los até seis mezes, e impor-lhes uma multa de 50\$000 até 200\$000 réis.

Art. 33.º Ficam abolidos todos os emolumentos dos desembargadores, ainda mesmo os que lhes pertencem para victorias e exames; e as assignações que os recursos se preparam, marcadas pela tabella actual, se elevarão a mais uma terça parte, para entrarem em cofre, e serem distribuidas no fim de cada meiz, pelos juizes de todas as tres mesas.

Art. 34.º Os juizes ordinarios e os juizes eleitos ficam extinctos, e sómente haverão juizes de direito, e juizes de paz. Em cada comarca serve um juiz de direito, e em cada julgado um juiz de paz.

Art. 35.º Haverão até cento e trinta comarcas, alem das de Lisboa e Porto, no continente do reino. As comarcas serão formadas de um ou mais julgados, sem fracção de nenhum; e os julgados de uma ou mais freguezias, sem fracção igualmente de alguma.

Art. 36.º Nas comarcas de Lisboa haverá quatro juizes de direito, e na do Porto tres privativos, para conhecerem e julgarem os processos crimes e de policia correccional, os quaes se denominarão *juizes de direito do crime*.

Art. 37.º Haverão mais nas mesmas comarcas de Lisboa dois, e na do Porto um juiz privativo, aos quaes ficam pertencendo todas as attribuições orphanologicas, que se denominarão *juizes de direito dos orphãos*.

Art. 38.º D'entre as outras comarcas do reino, o governo designará aquellas que forem de consideravel e conhecida importancia, e em cada uma d'ellas haverá um juiz de direito privativo, a quem pertencerá o conhecimento e julgamento de todos os crimes, e os de policia correccional, bem como as attribuições orphanologicas, os quaes se denominarão *juizes de direito do crime e orphãos*.

Art. 39.º Junto dos quatro juizes do crime de Lisboa servem dois, e dos tres do Porto um delegado especialmente encarregado de representar o ministerio publico, nos processos de que aquellos juizes conhecem, e julgam. E perante cada juiz dos orphãos das mesmas comarcas de Lisboa e Porto serve um curador geral nomeado pelo governo.

Art. 40.º Os juizes do crime das comarcas de Lisboa e Porto vencem 700\$000 réis de ordenado; os juizes de direito do crime e orphãos, e os das comarcas de primeira ordem 400\$000 réis; e os da segunda e terceira ordem 500\$000 réis.

Os delegados do procurador regio nas comarcas crimes de Lisboa e Porto vencerão 600\$000 réis; e os das varas 500\$000 réis; nas comarcas de primeira ordem 400\$000 réis; e nas de segunda e terceira 500\$000 réis.

Art. 41.º Perante cada juiz privativo do crime de Lisboa e Porto, dos orphãos, e do crime e orphãos, servem dois escrivães e dois officiaes de diligencias, ou tres se a necessidade do serviço assim o exigir.

Os escrivães do crime em Lisboa e Porto vencem 400\$000 réis de ordenado.

Art. 42.º Junto de cada juiz de direito das comarcas do reino e illas adjacentes haverão um primeiro e um segundo substitutos, nomeados pelo governo, sobre as melhores informações que obtiver, os quaes servirão, pelo mesmo tempo que o proprietario, para o caso de algum impedimento eventual ou ausencia d'elle; e os dois substitutos poderão, pela mesma fórma e em iguaes circumstancias, substituir-se um ao outro.

Art. 43.º Os juizes de paz são eleitos de quatro em quatro annos, pelos cidadãos que têm voto nas assembleas primarias, propostos depois ao governo em lista quintupla pelos presidentes das respectivas relações, e por elle escolhidos dois, um para proprietario e outro para substituto.

Art. 44.º Junto de cada juiz de paz servirão dois escrivães e um officio de diligencias, nomeado pelo presidente da respectiva relação, sobre proposta do tres feita pelo juiz, que sómente se repetirá, quando houver vagatura.

Art. 45.º Alem de Lisboa e Porto poderá nomear-se nas cidades, aonde o bem publico assim o exija, um tabellião.

Art. 46.º Em cada freguezia haverá um commissario do juiz de paz, proposto de quatro em quatro annos pelo juiz de direito da respectiva comarca ao governo, por via do presidente da relação, em lista quintupla, dirigida ao ministerio da justiça, da qual se escolherá um para proprietario e outro para substituto.

Art. 47.º São jurados todos os cidadãos portugueses que, alem das outras qualidades legais, pagarem de decima 20\$000 réis em Lisboa e Porto, e 6\$000 réis nas outras terras, com as declarações que se contêm no artigo 162.º n.º 1.º da reforma judicial, sem outra alguma isenção, alem d'aquellas que se acham estabelecidas no artigo 163.º da mesma reforma.

Art. 48.º O jury fica reduzido a nove membros em todas as causas, em que elle intervem.

Art. 49.º Os administradores de concelho ou de bairro fazem o recenseamento dos jurados, enviando ás camaras municipais da cabeça das comarcas, uma relação de todos os cidadãos que pagarem as contribuições exigidas pelo artigo antecedente, feita á vista dos respectivos livros, das quaes as camaras mandarão tirar uma copia, que afixarão na porta da igreja parochial, aonde estará patente pelo espaço de quinze dias.

Art. 50.º Passados os quinze dias em que a lista

dos jurados recenseados deve estar affixada, os interessados justificarão perante a camera, de um modo irrecusavel, as isenções que tiverem por effecto d'esta lei, requerendo-lhe que em virtude d'ellas, os elimine do recenseamento.

Art. 51.º Os administradores do concelho remetem a relação que se lhes ordena no artigo antecedente, no 1.º de novembro; as camaras municipais julgam sem recurso as reclamações no 1.º de dezembro; e remetem a lista dos jurados aos juizes de direito no dia 7 de janeiro.

Art. 52.º Os jurados que forem apurados pelas camaras municipais, na conformidade dos artigos antecedentes, servem pelo espaço de dois annos.

Art. 53.º Alem das causas já exceptuadas de conciliação, tambem o ficam sendo aquellas, que os juizes de paz e os de direito julgam dentro da sua alçada.

Art. 54.º Fica competindo aos juizes de direito, alem das suas actuaes attribuições, e salvas as que pela presente lei pertencem a juizes privativos, julgar sem recurso as causas que excederem de quatro e não passarem de 20\$000 réis em bens de raiz; e as que, excedendo de doze, não passarem de 50\$000 em movel, e d'ahi para cima com recurso para a relação do districto.

Art. 55.º Logo que o réu contestar o valor da causa, ella não poderá mais ser julgada dentro da alçada do juiz, perante quem tiver sido intentada.

Art. 56.º É prohibido expressamente ás partes dividirem as sommas ou os valores das acções que intentarem, para effecto de caberem na alçada de qualquer juiz; e aquellas que forem convencidas de o terem feito, perderão a quantia, o valor, ou a causa que demandavam, e serão condemnadas nas custas em tresdobro.

Art. 57.º Depois da primeira citação ao réu, para fallar á acção, não haverá mais nenhuma; e as notificações ficam abolidas, e os emolumentos que lhes correspondem na tabella extinctos. Depois das partes juntarem procuração, e estarem em juizo, sómente se lhes fará outra citação, quando tiverem de fallar a artigos de materia nova; e fóra d'este caso, unicamente se farão intimações das dilagações para provas, e do dia em que hão de produzir-se; para louvações, victorias, exames, e para outros actos em que se requiera comparecimento pessoal, e bem assim a testemunhas, e peritos.

Art. 58.º Os juizes de direito são obrigados a vigiar, se nos processos tanto civis, como crimes, e nos de policia correccional, se fazem termos e diligencias desnecessarias; e nas relações se lhes impõe multa de 50\$000 até 100\$000 réis, quando se conhece que elles consentiram nos autos esses termos, escriptos e essas diligencias, feitas unicamente com o fim de se fazer augmentar, ou a importancia dos seus proprios emolumentos, ou dos salarios dos escrivães e officiaes de justiça.

Art. 59.º Não haverá auto de discussão e julgamento nas causas civis, senão quando, preparado o processo com as provas, o juiz proposer a causa no dia em que tem de ser arrazada a final pelos advogados, e julgada por elle. A inquirição das testemunhas faz-se por meio de um simples *termo de assentada*, com o qual se dá principio ao acto; e, quando não possam ser inquiridas todas no mesmo dia, o escrivão assim o declarará, assignando esta declaração, e no seguinte se continuará a inquirição, debaixo de um termo em que o escrivão declare simplesmente, que a inquirição vae continuar, sem mais emolumentos para o juiz, que sómente se lhe contorão, pela primeira com que a inquirição foi comegada, e pelo auto de julgamento.

Art. 60.º As appellações interpostas de sentenças, que não julgarem procedentes e provados os embargos de terceiro, têm o effecto suspensivo.

Art. 61.º Nas execuções devolve-se ao exequente peremptoriamente o direito de nomear bens á penhora, quando o executado os não nomeia, dentro dos dez dias que lhe foram intimados, para o fazer; ou quando faz nomeação dolosa, e o juiz conhece que o foi, informando-se para isso summariamente por meio de documentos que o exequente lhe apresente, ou por testemunhas maiores de toda a excepção.

Art. 62.º Nos inventarios nunca se irá fazer a descripção dos bens a casa do inventariado, senão: 1.º, quando a herança fica jacente; 2.º, quando não ha cabeça de casal, e os herdeiros estão todos ausentes; 3.º, quando ha contestações entre os interessados, sobre quem o ha de ser.

Art. 63.º Os termos nos inventarios ficam reduzidos aos seguintes: noticia que algum vá dar a juizo do decesso do inventariado; citação ao cabeça de casal, para prestar juramento e fazer a descripção de bens, e intimação aos membros do conselho de familia e curador; auto do conselho de familia, para nomear tutor e sub-tutor aos menores, e louvações; intimação ao tutor ou sub-tutor e louvados, para prestarem juramento, termo d'este, e intimação no mesmo acto aos louvados, para fazerem as avaliações dentro de dez dias; descripção dos bens com os seus respectivos valores: vista ao curador, ao tutor e interessados que tiverem juntado procuração, para dizerem sobre a fórma da partilha; conclusão ao juiz para determiná-la; auto de partilha e montes aos interessados; conclusão ao juiz, e sentença julgando as partilhas.

Art. 64.º As recusadas dos jurados nos processos crimes são permissivas, sómente pelas causas enumeradas no artigo 1043.º da reforma judicial.

Art. 65.º Fica abolido o jury de pronuncia.

Art. 66.º É permitida a prisão antes da culpa formada, nos crimes de lesa magestade, sedicção, homicidio, assuada, ferimentos com intenção de matar, roubo e furto, moeda falsa, e levantamento de fazenda alheia.

Art. 67.º O juiz de direito é obrigado a fazer sempre o corpo de delicto de todos os crimes, que elle é obrigado a processar e julgar; e assiste sempre a esses exames o respectivo delegado do procurador regio, sendo de facto permanente.

Art. 68.º Os summarios crimes completam-se com o auto testemunhas, quando os seus depoimentos tenham dado fundamento sufficiente para a pronuncia; e sómente se inquirirá até vinte, quando as primeiras oito não hajam deposto, quanto é necessario, contra a pessoa ou pessoas, que se presumem autores do crime.

Art. 69.º O summario crime deve concluir-se dentro de vinte dias, contados desde a perpetração do crime, e o réu ser julgado na primeira audiencia geral seguinte.

Art. 70.º É imposta a pena de suspensão, por seis mezes, ao juiz que tiver despachado e julgado, e a de demissão ao escrivão a quem houver pertencido algum processo, que se tenha concluido nas duas epochas, da pronuncia e do julgamento, alem dos prazos marcados no artigo antecedente.

Art. 71.º O réu pronunciado pôde requerer a fiança, sem estar preso, e interpor recurso da negação d'ella, sem estar em juizo, fazendo-se representar n'elle por qualquer, sendo casado, pae, irmão, sogro, cunhado, e qualquer parente ou amigo; mas não pôde aggravar de injusta pronuncia, sem estar preso, no caso em que o crime não tenha fiança, ou ella lhe haja sido negada.

Art. 72.º A prisão do réu crime é da immediata responsabilidade do escrivão do processo, e do officio de diligencias da sua maior confiança; e para esse fim as autoridades administrativas, e as que tiverem o commando de alguma força publica, são obrigadas a dar-lhes qualquer auxilio, que lhes requirem, em nome do serviço publico.

Art. 73.º Fica revogado o decreto de 17 de fevereiro de 1847, e nenhum réu crime será mais processado e julgado como ausente. O crime do réu que se ausentar, depois de pronunciado, sómente prescreve, passados trinta annos contados da pronuncia.

Art. 74.º A falta de curador ao réu menor na primeira instancia será supprida, ou ali mesmo quando se tenha reparado n'ella, ratificando-se logo o processo sem demora, continuando a causa nos termos em que se achar; ou na relação pelo advogado defensor dos réus, n'esta instancia seu curador nato. Se nem perante o tribunal esta falta for supprida, o processo não será nullo.

Art. 75.º Os factos que se provarem por documentos authenticos, que se acharem juntos aos autos, não estão sujeitos á decisão do jury, nem dependentes da sua apreciação. Os juizes de direito são expressamente prohibidos, de submeterem estes factos á decisão do jury.

Art. 76.º Aberta a audiencia geral, ella é continua, e não poderá suspender-se até que o jury venha dar conta da sua decisão ao tribunal, e o réu seja julgado. Seja qual for a necessidade que haja de decausar, por nenhuma que possa haver, se permite que o juiz, delegado, escrivão e officiaes de diligencias aiam do tribunal, em quanto a audiencia não terminar; e que os jurados comuniquem com pessoa alguma, antes de entrarem para a sala das suas conferencias, e, desde então, até proferirem a sua decisão.

Art. 77.º Quando o juiz julgar a decisão do jury iniqua, a causa será necessariamente proposta no dia immediato, salvo se for feriado, porque n'esse caso o será no dia util que se lhe seguir; e fica expressamente prohibido propor-se a jurados diversos, dos que compunham a pauta, d'onde foram sorteados aquellos, cuja decisão se julgou iniqua.

Art. 78.º São da competencia dos tribunaes de policia correccional os crimes de todos os ferimentos, dos quaes se mostrar, pelo respectivo exame e corpo de delicto, que não resulta perigo de vida, nem foram feitos com intenção de matar; bem como os de furtos cujo valor não exceda de 12\$000 réis. Os juizes de direito julgam estes crimes sem recurso ou com elle, conforme as penas que lhes forem impostas pelo codigo.

A sua alçada fica sendo de seis mezes de prisão, e 60\$000 réis de multa.

Art. 79.º Os juizes de paz conhecem, e julgam sem recurso as causas, cujo valor não exceder de 2\$000 réis em bens de raiz, e 6\$000 em movel; e com recurso para o juiz de direito, as que, excedendo estes valores, não passarem de 20\$000 réis em bens de raiz, e 50\$000 réis em movel.

Art. 80.º O processo nas causas de que os juizes de paz conhecem sem recurso, é summarissimo. O autor fará a petição da sua acção, deduzindo n'ella, por artigos, os factos que pretende provar, juntando logo os documentos que tiver, e o rol das testemunhas que quer produzir. O réu na segunda audiencia posterior á citação, e depois de apreçoado apresentará a sua contestação, com a pena de lançamento; e na outra segunda audiencia será a causa julgada a final, escrevendo-se sómente um auto de discussão e julgamento, com os nomes das testemunhas que foram inquiridas, no qual, alem d'isso, se fará menção, de se terem observado todas as disposições da lei, sem se escreverem os depoimentos das testemunhas. Este auto será rubricado pelo juiz, e assignado pelas partes ou seus procuradores, pelo official da audiencia, e pelo escrivão. Em seguida ao auto o juiz proferirá a sua sentença.

Art. 81.º Nas causas que excederem a alçada do juiz de paz, o réu será apreçoado na segunda audiencia posterior á citação, e ahi receberá o duplicado ao libello

tes a denunciarem-lhes abusos e violencias que se tinham commettido contra as partes, mandando fazer auto de tudo, que será logo continuado com vista ao ministerio publico.

§ unico. Para os effectos d'este artigo, os juizes de direito mandam vir á sua presenca os livros de notas, os do crime e de tutellas, e quaesquer papeis; e irão ás caixas dos orphãos, aonde examinarão os cofres e os livros que ha n'ellas.

Art. 90.º Em caso de abusos graves que se provem de um litigante incontestavel, os juizes de direito poderão suspender os culpados, declarando, no auto que se lhes ordena no artigo antecedente, os fundamentos do seu procedimento.

Art. 91.º Todos os despachos e sentenças de que se póde recorrer, tanto nas causas civis, como nas crimes e inventarios, serão lidos pelos juizes, e por elles publicados em audiencia, e passarão em julgado sem dependencia de intimação ás partes, depois de decorridos os prazos, dentro dos quaes se póde recorrer de uns e de outras, contados por isso desde a sua publicação.

Art. 92.º Os caminhos das citações e intimações não podem levar-se, mais do que na razão de um para todas as pessoas, que do mesmo lugar, ou de localidades visinhas, e no raio de meia legua, têm de comparecer todas, no mesmo dia, e para o mesmo fim.

Art. 93.º Ficam extinctas as multas judicias impostas aos litigantes que decahem das causas civis, pelo artigo 828.º da reforma judiciaria.

Art. 94.º Além do mez de setembro, é de ferias tambem o mez de outubro.

Art. 95.º O governo é autorisado a rever a actual reforma judicial, e a publicar um código completo do processo civil e criminal, e de policia correccional, sobre as bases da presente lei; e a pôr mais em harmonia as disposições da mesma reforma, que aqui não são revogadas ou alteradas, bem como a ordenar e publicar um código de formula-rios para todos os juizes e instancias.

Art. 96.º É mais o governo autorisado a rever a actual tabella dos emolumentos e salarios judicias, pondo-os mais em harmonia com os justos interesses dos empregados e das partes, estabelecendo juntamente aquellas que são creadas pela presente lei.

Art. 97.º As aposentações aos magistrados judicias sômente se lhes podem conceder por incapacidade fisica ou moral, e serão obrigados a servir, em quanto não se impossibilitarem por alguma d'estas causas. O augmento da terça parte do ordenado que lhes concede o artigo 2.º da carta de lei de 17 de agosto de 1853, quando completam trinta annos de serviço e sessenta de idade, é abolido. Ficam garantidos aquellos, que actualmente se acham concedidos.

Art. 98.º Haverá um commissario regio nomeado pelo governo, de quatro em quatro annos, em cada um dos districtos das relações, a quem fica competendo syndicar de todos os juizes de direito, que são transferidos das comarcas e das varas aonde têm servido, fazendo auto do bom ou mau serviço que prestaram n'ellas, ou dos abusos que commetteram, o qual remetterá ao governo para todos os effectos.

Cada um d'estes commissarios regios, percorrendo o seu districto, syndicará constantemente, mas com a reserva necessaria, se em alguma das instancias e juizes ha juizes e empregados, ou pessoas fóra do quadro de uns e outros, que commettam abusos, que fazem extorsões ás partes, que lhes levam dinheiro, e recebem valores para haverem sentenças; e, especialmente, se para esse fim se recorre a meios cavilozos, falseando o credito e a reputação dos juizes, e quem são os auctores d'esses crimes, para informar de tudo o governo, a quem ministará os esclarecimentos de que depender o conhecimento dos factos criminosos que tiver descoberto, fazendo tambem e remettendo os autos de averiguação, a que juntamente deve proceder, quando o caso assim o exigir.

Art. 99.º O governo dará conta ás côrtes da autorisacão, que em parte d'esta lei lhe é concedida, na primeira sessão legislativa.

Art. 100.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, em 24 de fevereiro de 1860.—A. R. O. Lopes Branco.

Despeza que se elimina por effecto do projecto que apresento	
Pela suppressão da relação dos Açores, incluindo a despeza de 4:000\$000 réis que vencem quatro juizes aposentados	13:460\$000
Dez juizes que se diminuem nas duas relações do reino	10:000\$000
Aposentações provaveis que não se requererão, por não se permitirem mais, senão por incapacidade fisica ou moral	6:000\$000
Augmentos da terça parte dos ordenados aos juizes que completam trinta annos de serviço, e têm sessenta de idade, que se eliminam	8:000\$000
	37:460\$000
Despeza que se augmenta	
A cada um dos presidentes das duas relações 800\$000 réis	1:600\$000
Dois desembargadores supranumerarios para cada uma das relações, a réis 800\$000 cada um	3:200\$000
Mais um ajudante a cada um dos dois procuradores regios, a 700\$000 réis cada um	1:400\$000
Dois juizes do crime mais, um para Lisboa e outro para o Porto, a 700\$000 réis cada um	1:400\$000
Augmento de 100\$000 réis a cada um dos cinco actuaes	500\$000
Mais vinte e dois juizes de direito que se criam de novo, a 450\$000 réis cada um, termo médio	9:900\$000
Dois delegados do procurador regio em Lisboa, e um no Porto, para os processos crimes, a 600\$000 réis cada um	1:800\$000
Mais 100\$000 réis de augmento a cada um dos nove que servem nas varas das duas cidades	900\$000
Mais vinte e dois delegados novos a 400\$000 réis cada um	8:800\$000
Quatro advogados para defensores dos réus crimes, dois em cada relação, a 200\$000 réis cada um	800\$000
Augmento de ordenado aos juizes e delegados actuaes, aproximadamente	2:000\$000
Dois escrivães do crime, um para cada relação, a 700\$000 réis cada um	1:400\$000
Quatorze escrivães do crime de primeira instancia em Lisboa e Porto, a réis 400\$000 cada um	5:600\$000
	39:300\$000
Despeza que se elimina	37:460\$000
Despeza portanto que se augmenta	1:840\$000

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto—Amanhã, 29, diz o *Commercio do Porto*, por ser o 8.º anniversario do terrivel naufragio do

vapor *Porto*, que cobriu de luto esta cidade, a Real Sociedade Humanitaria faz celebrar, na Sé Cathedral, uma missa de requiem.

É tambem amanhã o 51.º anniversario da grande desgraça que houve na ponte de barcas, em 1809, por occasião da entrada dos francezes.

Por este motivo ha excozias nas Almas de S. José das Taipas, segundo o costume dos outros annos. Gondomar—O *Porto e Carta* diz que no dia 19 do corrente, no rio Douro, no sitio do Pé de Moura, freguezia da Lomba, d'este concelho, vindo um barco de lenha da margem fronteira para o dito lugar, governado por duas mulheres, virou-se quasi no meio do rio, afogando-se as duas mulheres, uma das quaes estava grávida, e salvando-se quasi por milagre uma rapariga de dezotto annos, que tambem estava no mesmo barco, e é sobrinha do capellão do supradito lugar, padre João Pereira.

Villa Real—O *Commercio do Porto* publica a seguinte noticia:

«O governador civil de Villa Real mandou affixar annuncios, offerendo um premio de 40\$000 réis a quem dentro de trinta dias denunciar a existencia de alguma fabrica de moeda falsa no seu districto, verificando-se a sua apprehensão, mediante todas as diligencias necessarias.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 27, e de Paris até 24 do corrente.

Os jornaes hespanhoes recebidos pelo correio de hoje apenas publicam dois despachos telegraphicos transmitidos de Algeciras, no dia 26 do corrente. No primeiro despacho, diz o commandante em chefe do exercito expedicionario, não ter occorrido novidade alguma no acampamento; e no segundo, o mesmo commandante envia a lista dos individuos que ficaram feridos ou foram mortos, na acção de 23 do corrente. Deprehende-se d'essa lista, que o exercito hespanhol soffreu n'essa acção as seguintes perdas: 104 chefes e officiaes subalternos feridos, 7 chefes e officiaes subalternos mortos, 926 soldados feridos e 139 mortos. O general commandante em chefe da divisão da cavallaria, D. Felix Alcalá Galiano, foi ferido levemente, logo no começo da acção, porém continuou sempre no commando da sua divisão. Tambem foi ferido o capellão do segundo regimento de artilheria montada, D. Juan Antonio Suarez.

HESPANHA

No dia 27 do corrente era esperado em Madrid o general D. Henrique O'Donnell que, segundo se dizia, partirá para Alicante, no dia 25, logo depois de assignados os preliminares de paz, sendo encarregado de apresentar ao governo hespanhol as condições do tratado. (El Horizonte).

FRANÇA

O correspondente parisiense do *Times*, occupando-se das respostas dadas pelas potencias á nota do ministro dos negocios estrangeiros de França, diz o seguinte:

«A nota da Russia diz, em resumo, que, como as mudanças actuaes não prejudicam o equilibrio europeu, o que a Sardenha quer fazer da Saboya lhe é perfeitamente indifferente. A Prussia responde que, como o imperador não admite a doutrina das fronteiras naturaes, a transmissão da Saboya não lhe interessa para nada. A Austria declara que não approva as annexações com esse caracter, mas que como a Europa não fez opposição alguma, quando se tratou de outras annexações, o governo austriaco não se intromette na annexação da Saboya.

«A Inglaterra ainda não respondeu, ou, pelo menos, ainda se não recebeu resposta alguma d'esta potencia.

«Tal é, acrescenta o correspondente do jornal inglez, o pequeno resumo que circula no mundo politico, acerca da maneira por que estas communicacões foram recebidas, e, se é exacto, não ha motivo para grande satisfação.

SUISSA

Temos á vista uma correspondencia de Berna, com alguns promenores relativos á nota circular que o conselho federal dirigiu ás potencias que assignaram os tratados de Vienna. Essa nota tem a data de 19 do corrente, e, segundo parece, foi expedida n'esse mesmo dia.

Da analyse, transmittida pela correspondencia a que alludimos, se deprehe que o conselho federal de novo faz remozar, n'esse documento, as suas pretensões até ao tratado de paz feito em 1564, entre Berna e a Saboya: o conselho reporta-se depois aos tratados de 1815 e ao tratado de Turim de 1816. Em relação ás disposições de 1815, o conselho federal exprime-se nos termos seguintes:

«O pensamento que dirigiu as altas potencias n'essas estipulações é evidentemente o seguinte: A neutralidade e a independencia da Suissa são uma condição da segurança geral europea, e, a fim de proteger tanto quanto possivel, essa neutralidade e independencia, comprehendem-se na neutralidade suissa algumas partes da Saboya, que são absolutamente necessarias para defender effizacmente essa neutralidade, e sem as quaes o fim, que se tem em vista para interesse da Europa, só imperfeitamente se póde alcançar, ou, para melhor dizer, não se alcança. Estes motivos existem da mesma forma ainda hoje.»

O conselho federal entende que as suas pertencças, fundadas no direito internacional, não podem ser annulladas por uma simples cessão, nem mesmo por uma votação popular. As necessidades geographicas devem tambem ser tomadas em consideração. Se a França julga do seu dever garantir as suas fronteiras, a Suissa, potencia menos forte e obrigada a velar pela sua neutralidade, tem, com mais razão, direito a fazer tal reclamação. Além d'isto, na opinião do conselho federal, os districtos que elle reclama formam a continuação natural dos cantões de Vaud, Valais e Genebra. Finalmente, o conselho federal sustenta que essas reclamações estão em perfeita harmonia com os interesses das populações.

Quanto á idéa de que as provincias neutralisadas podem conservar-se no *status quo* depois da cessão á França, ella parece inadmissivel e contraria á dignidade tanto da França como da Suissa. Depois de expor estes diversos pontos de vista, a Suissa reclama a intervenção diplomatica das potencias, n'uma questão tão importante e tão séria para o seu futuro.

Tal é o sentido do documento a que alludimos. (La Presse).

PRINCIPADOS UNIDOS

«A sessão da abertura da camara, diz uma correspondencia de Bucharest, teve lugar no dia 12 do corrente. As onze horas da manhã os deputados achavam-se reunidos na sala das sessões, onde s. ex.ª o metropolitano, acompanhado pelo alto clero, celebrou, segundo é costume, o officio divino.

«O corpo diplomatico occupava uma tribuna reservada. Ao meio dia, sua alteza o principe entrou na sala, precedido pelo *aga* (prefeito) da policia, e seguido de todos os ministros. O discurso de abertura produziu grande e favoravel impressão em todas as pessoas que assistiam á cerimonia.

«O principe disse que, como os Principados Unidos se acham definitivamente constituídos pela ad-

hesão que a Sublime Porta e as potencias que garantiam a sua existencia tinham dado ao voto nacional, que teve lugar nos dias 5 e 24 de janeiro, a attenção quasi exclusiva do governo devia fixar-se sobre as reformas e melhoramentos reclamados pelo estado do paiz, e que, cicatrizando as feridas do passado, deverião collocar a nação no lugar que de direito lhe compete. Sua alteza annunciou que uma serie de projectos de lei, concebidos e elaborados n'este sentido, serão successivamente apresentados á camara, e terminou recordando o grande principio da união que elle personifica pelo facto da sua dupla eleição, e ao qual está ligado de uma maneira indissolvel o futuro do paiz.

«Apenas o principe se retirou da sala das sessões, o presidente fez a chamada nominal, e a camara declarou-se constituída. Em seguida dividu-se em commissões encarregadas de procederem á verificação dos poderes, e foram adiados os seus trabalhos até ao dia 17.

«Uma participação telegraphica de Jassy diz que a camara moldavia se abrirá igualmente no dia 12 do corrente. (La Presse).

TURQUIA

N'uma correspondencia de Constantinopla, data-da de 7 do corrente, lê-se o seguinte:

«No domingo ultimo, tivemos o triste espectáculo de uma dupla execução capital. Ibrahim-Pachá, general de divisão, um dos primeiros officiaes mandados pelo sultão, Mahmoud, a França, a fim de ali completar os seus estudos, foi assassinado por sua mulher e por um dos seus criados.

«A mulher foi levada n'uma cadeirinha até á ponte de Galata, julgando partir para o desterro. N'esse ponto, ella assistiu á decapitação do seu cumplido, e depois d'esta execução, passaram-lhe uma corda ao pescoço a fim de a decapitarem. A infeliz, que não esperava por similhante cousa, dava gritos que se ouviam a grande distancia. Uma multidão immensa assistiu á execução.

«Recebemos de Yldhad uma correspondencia interessante, relativa á Abyssinia e ao desenvolvimento das suas relações com a França, graças á installação de um agente consular francez em Massouah, ilha do mar vermelho, e da chegada a este ponto de uma missão franceza. Confirma-se a noticia de que a França effectivamente tomou posse de uma ilha do mar vermelho.

«Consta por noticias de Alexandria, que chegou a esta cidade Yhami-Pacha, genro do sultão, filho de Abbas-Pacha, predecessor de Said-Pacha, no throno do Egypto. Yhami-Pacha reconciliou-se com seu tio, com quem estava ha muito tempo indispuesto. (La Presse).

NOTICIAS LITTERARIAS

REFORMA DA ACADEMIA DAS BELLAS ARTES DE LISBOA

DA AULA DE PAIZAGEM (Continuado do n.º 26.)

O pintor que copia unicamente póde comparar-se a uma mulher fazendo renda, que enleia e desentleia duzias de bilros, olhando para o lado e conversando distrainda. D'isto resulta um tecido mais ou menos denso. É um trabalho mechanico, automatico, que as mãos exercem sem interferencia das faculdades intelligentes. Esta operação poderá ser um mister, mas nunca uma arte.

Uma das primeiras condições para dispor favoravelmente o discipulo, é a necessidade de o persuadir da conveniencia de tomar por exemplar de todas as suas concepções a natureza, porque o estudo e a observação da natureza constituem a fonte de todas as inspirações para o paizagista. Mal a sua mão dirija o lapis com destreza, deve ser no meio dos campos, em frente das maravilhas da vegetação e dos mais variados episodios da criação animada, que as suas idéas vão e se multiplicam, porque só no centro d'estes aspectos, como um theatro de interminavel e riquissima variedade de perspectivas, a phantasia acha os verdadeiros germens de fecundação. A perspectiva de uma cascata espandando nuvens de agua que se desata em casões, que deixam os ares embacizados como de uma cortina de neve, na qual os raios do sol se refrangem em mil prismaticas cores; uma cordilheira de montanhas que, como um pelotão de dormeiras gigantes, corta o horizonte a perder-se de vista; macissos de verdura, agitados em diversas ondulações pelos afagos da brisa, ou sacudidos impetuosamente pelos furores da tempestade que negreja nos visos da serraania, e rugue no fundo dos vales; o movimento, o susurro, os jorros de luz, a densidade das trevas, os caprichos graciosos do crepusculo; os arbustos brotando e efflorescendo em todas as estações do anno; os rischos saltitando por entre os seixos e a relva aveludada das orlas que os comprimem; as nuvens de passaros voando pelo espaço, e que povoam os bosques de uma alegria serena e pura; todo este conjunto de bellezas naturaes, todos estes estímulos para a alma artistica, elevam o espirito e engrandecem a imaginação do pintor, porque o tornam observador e imaginativo, philosopho e poeta.

Estas idéas e recordações acompanham-no depois ao seu *atelier*. Ainda não tem o quadro apparellado, nem segura o pincel na mão, e já arde em desejos de reproduzir todas estas scenas, todas estas combinações esplendidas da criação que viu, e que lhe produziram na mente outras mil combinações.

D'estes trabalhos podem de certo sair esboços informes, impromptos incorrectos, que toquem apenas a realidade nos seus pontos mais geraes; como tudo, debaixo d'estes boques rapidos e imperfeitos, é sempre um desafogo espontaneo da imaginação, ha de estar o germen da idealidade aquecido pelas bellezas e maravilhas da criação real, que brota e desponha, a travez de todos estes boques, de todas estas incorrecções, de todas estas linhas vagas, e indecisas como emanação saída da alma artista. As regras e o estudo corrigirão depois as deformidades, harmonisarão as aberrações, e o quadro apparecerá feito, não um quadro frio, monotono, reflexo, tibio e frouxo de outra copia, talvez tambem frouxa e sem ideal; mas um quadro animado ainda da inspição, que da natureza foi direita ás faculdades imaginativas do pintor, e que depois refulgir sobre a tella, como um foco de luz que resplandece e se diffunde naturalmente.

Não é só o pintor de historia que se deve occupar do estudo das paixões, tambem o paizagista. A natureza, na infinita variedade de seus aspectos, guarda certas affinidades com os sentimentos que podem agitar o coração humano, e reproduz-las ás vezes com mais evidencia e harmonia do que a propria palavra do homem, porque é com a evidencia e a harmonia solemes e magestosas que sorriem de poesia á alma nas florestas americanas, e que gemem o peito de um terror mysterioso no centro da aridez selvatica das regiões polares.

N'uma parte e outra, a natureza mostra uma grandiosa face da sua physionomia, mas face que o artista só consegue comprehender, quando a imaginação, saltando grandes vãos, possa ir tão alto quanto vae, nos seus dizeres sublimes, o livro eterno chamado criação universal.

A paizagem tem a sua parte moral e intellectual, como o retrato de um homem. Na paizagem, como nas feições humanas, ha alem das linhas, da cor e das sombras, uma parte mais superior, que é a expressão. É necessario que a paizagem falle tam-

bem, que exprima uma idéa, que mostre o accordo de um pensamento, porque a natureza, ainda mesmo sob a apparencia confusa dos contrastes, ainda mesmo debaixo da exterioridade da discordancia episodica, apresenta sempre o effecto geral da unidade d'essa idéa, e respira da mesma sorte a intenção unica d'esse pensamento.

Não é indifferente o artista pintar, por exemplo, um grupo de cyprestes sobre uma campina ridente e esmaltada de flores, ou um cedro sobre as ribas de uma costa, ou um choço no cimo de uma montanha. Todas estas arvores obedecem a certas leis geraes da criação, e são como o ornato caracteristico, como a expressão local de diversas scenas do vasto panorama da natureza.

Algumas vezes o paizagista, como o poeta (que o paizagista não é outra coisa senão o poeta lyrico escrevendo com o pincel), por não estudar a natureza, contraria o caracter dos diferentes objectos que toma por assumpto, e cede em graves erros de impropriedade pelo que respeita ás leis da vegetação. É por isto que o paizagista tambem deve ter noções de botanica, quando mais não seja para o que os pintores chamam *folhada*, a fim de que não aconteça pintar as folhas de todas as arvores com o mesmo recorte de bordos, e não distinguir as diversas especies pela sua diversidade das nervuras, ou veias fibrosas.

Se o pintor de figura, que deve exprimir sobre um quadro as paixões dos homens, é obrigado a estudar os orgãos da estrutura humana com a ajuda da anatomia, do mesmo modo o pintor de paizagem deve occupar-se do conhecimento da geração das flores, das inclinações das plantas, e dos amores pacificos dos animaes rusticos.

Não se julgue todavia que, por expormos todas estas ponderações em favor da livre interpretação da natureza, lhe não neguemos tambem os perigos. Tudo n'este mundo tem um lado exagerado; e assim como a interpretação litteral dá como consequencia a copia servil, da mesma sorte a natureza, interpretada sem as regras do bello, póde produzir as desordens da imaginação. Seria loucura acreditar que a phantasia humana é mais rica do que a natureza. Mas de soltar as reideas a um lyrismo, que só póde levar á hyperbole e á confusão, á interpretação poetizada dos mais formosos aspectos, das mais variadas scenas e localidades, vae uma differença immensa, e é esta differença que resume o fim e as leis da paizagem.

Um quadro, como um poema, compõe-se necessariamente de duas partes: da realidade, concebida pela intelligencia e recolhida pela memoria; e da metamorphose ou modificação ideal imposta á realidade pela phantasia. Ver, comparar, engrandecer e transformar, é a lei invariavel de todas as obras de arte, e, por consequente, tambem da paizagem. No entanto, esta lei tem limites, aliás a interpretação livre correria em delirantes excursões pelos dominios do absurdo e do impossivel; e o pintor, que toma a natureza por thema constante de suas obras, não deve nunca tentar reproduzir o impossivel, mas sim o bello, o grandioso, isto é, a realidade elevada pelo ideal.

A propria natureza, que ás vezes nos parece desordenada e levada pelo conflicto dos elementos em furor a todas as exagerações dos grandes cataclismos, guarda sempre respeito a certas leis, até mesmo no seio e fragor d'essa desordem, e debaixo d'essa propria apparencia de perturbação universal. Na maior furia e impetuosidade da procella as vagas entumecem-se, encapellam-se e precipitam-se sempre umas sobre as outras; as nuvens, ainda mesmo varridas pelos impetos gelados do sul, correm todas para a mesma parte. Uma regra immensa e terna subordina estas accidençes, que ligeira e aparentemente perturbam a ordem das cousas creadas.

Estas é que são as idéas do sublime, ainda mesmo levado ás alturas do terrivel.

Finalmente, o dever do paizagista resume-se n'estas poucas palavras: estudar ao mesmo tempo a realidade e a tradição auctorizada pelos grandes mestres; e interpretar uma pela outra. A tradição indica as regras, e a realidade inspira os assumptos; e a phantasia do pintor, fecundando-se com a presença dos quadros da natureza, corrige e refreia os desvarios e excessos de seus vãos com os preceitos consagrados nos grandes modelos.

DA PINTURA HISTORICA

Na pintura é este o ramo mais importante: é aquelle que demanda mais conhecimentos theoricos e praticos, e que de sorte alguma póde dispensar variados e profundos conhecimentos litterarios e da historia da arte.

Sem um estudo do antigo, dirigido com selecção e intelligencia; sem um conhecimento perfeito da historia e dos seus ramos auxiliares; sem uma noticia geral dos principaes poetas antigos e modernos; sem uma leitura assidua dos primeiros criticos em objectos de arte; mal póde o pintor historico empreheender outros trabalhos que não sejam copiar os quadros dos grandes mestres, ou produzir abortos onde os erros da historia e a deficiencia das condições moraes e poeticas de interpretação se manifestem desde logo á vista do observador competente.

Já mostrámos quanto o conhecimento da anatomia era indispensavel para esta parte da pintura. Como uma condição auxiliar d'este estudo vem o estudo do n.º, que só por si constitue um curso de anatomia theorico e pratico, e supprime muitas vezes as lacunas de uma boa collecção de modelos. Mas é necessario que o *modelo vivo* seja de uma rigorosa perfeição anatomica, aliás as proporções defeituosas do individuo, dado como exemplar, serão tomadas pelos alumnos como formas correctas.

E todavia, todos sabem que esta é uma das primeiras faltas da nossa academia. O estudo do *n.º* ali faz-se; mas os modelos nem satisfazem de certo as variadas exigencias da arte, e a direcção nas lições talvez não seja a melhor. É difficil encontrar individuos de uma perfeita e elegante estrutura que se sujeitem a um mister, que as nossas leis de educação acham degradante; mas se é difficil, não é impossivel. Tem de certo havido pouca diligencia n'isto, desprezando-se assim um dos essenciaes fundamentos d'este genero de pintura, e da pintura em geral, porque toda ella depende do *n.º*. É sobretudo n'esta especialidade que o saber se revela. Asroupagens, as armaduras, e toda a espezia de vestuario, impede mais que concorre para o artista mostrar os seus conhecimentos positivos. O pintor carecido d'este conhecimento, valer-se-ha com preferencia do auxilio que lhe póde prestar o jogo dos pannecamentos para *sophismar* a ausencia do estudo verdadeiro das formas humanas. O vedulo, a lã, e o aço imitam-se muito mais facilmente que as disposições anatomicas do homem. É por isto que as obras de Miguel Angelo serão eternamente os quadros de um vigoroso pintor, e as lições fecundas de um celebre mestre que sabia alliar a sciencia á arte.

Fallando-se d'esta aula, já ouvimos affirmar a um joven professor, que cordalmente apreciava como amigo e como artista, que o systema do ensino que devia seguir na aula de pintura historica deveria ser copiar do gesso. Permittam-nos que não concordemos absolutamente com este systema de ensino. Levam-nos á toda a exageração do ensino de David. É mister conhecer a differença profunda que separa a pintura da estatuaría. As leis que regem uma e outra são diversas, e muitas vezes incompativeis. O estudo do gesso é necessario, é útil para

o conhecimento directo do antigo, mas este estudo deve formar só uma parte do systema de ensino, e ser modificado com as outras partes que desenvolvem e completam o verdadeiro pintor consagrado aos assumptos da historia.

Não é aqui a occasião de mostrar a distancia que existe entre os preceitos e theorias que separam a estatuaría da pintura, mas aos entendidos não escapará de certo, que tanta difficuldade existe em fazer passar um quadro da tella para o marmore, sem lhe fazer perder o seu valor, e as especies condições do seu genero, como converter em pintura qualquer grupo escultural, sem que a dureza de linhas, e a exaggeração de attitudes patenteem que o assumpto fóra concebido para ter uma diversa manifestação na arte. Pintar ou esculpir são funções completamente diversas, e é por isso que a forma modulada pede pincel fere os nossos sentidos, e adquire o grau de expressão que lhe saiba dar o artista, obedecendo a preceitos mui distinctos d'aquelles que devem presidir ao desenvolvimento da forma a que de vulto e configuração o escorpo.

O estudo do gesso deve pois entrar n'uma das partes preliminares do systema de ensino; mas sem prejudicar o mais elevado e fecundo, que é a copia assidua dos melhores quadros dos mestres conhecidos, porque é esse estudo que revela muitos segredos de arte ao alumno, como processo de empaste, como maneojo de pincel, como harmonia de tons, o que lhe póde desenvolver as suas predilecções e instinctos artisticos, porque o discipulo de verdadeira vocação sente-se logo atrahido para aquelle mestre e genero de pintura, que melhor combinem com o seu natural. A copia dos quadros notaveis das diversas escolas têm até a vantagem de apresentar todos os elementos de um estudo theorico, e impyrico d'essas mesmas escolas, e de proporcionar por isso o conhecimento aprofundado d'essas diferentes escolas, e dos seus estylos, de que póde resultar até adquirir insensivelmente algum d'esses estylos o maneojo que não possua no seu talento as forças precisas para evidenciar uma individualidade apreciavel. N'este trabalho, o artista novato aprende e forma-se; engrandece a imaginação, e alcança a firmeza, e muitas vezes a franqueza de pincel, que é o traço caracteristico do grande estylo, do estylo epico e grandioso, perpetuado nos toques tão elevados, mas que não se approximam, senão pela sublimidade, de Urbano e Rubens.

Uma reforma completa nas estampas que hoje servem para as nações mais adiantadas do desenho, é indispensavel na academia. As estampas de Julien são bonitas lithographias para figurarem n'um gabinete de leitura, mas incapazes para dirigir nos preceitos rudimentares. As regras do desenho, tão desprezadas na celeridade fugosa com que o habil artista francez improvisa os seus assumptos, merecem ser mais respeitadas n'uma aula, em que ellas são a base de todo o ensino.

Já o dissemos: o desenho é a arithmetica das bellas artes; e sem o desenho o futuro do artista será curto e amnuviado. Nem todos podem ser Laocroix, que suppram com o deslumbramento de um colliro vigoroso e brilhante as incorrecções do lapis.— José Maria de Andrade Ferreira.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INSTITUTO D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
MARÇO-30	Millimetros	Gráus C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,57	12,3	72,3	NO.
3 t.	755,08	13,8	72,5	NNO.

DIA 29.

Maxima—temperatura	18,0 C.
Minima	11,3 "
Ozone de noite	5,0 "
de dia	8,0 "
Chuva (adometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro)	2,8 "
Altura barometrica correcta	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 30 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Dois Irmãos, hiate portuguez, mestre A. J. Rodrigues, de Caminha em 3 dias, com milho, e encomendas; 6 pessoas de tripulação, e 14 passageiros, que são: José Joaquim da Cruz, Fernando da Costa, José da Cruz, Antonio da Costa, trabalhadores; Maria da Trindade, Maria da Luz, Maria do Bom Sucesso; portuguezes: João Francisco de Lemos, Agostinho Souto, José Souto, Romão Bentelo, Manuel Bevele, José Beturo, João Lepido, serventes hespanhoes.

Nova Oliveira, bateira, mestre J. O. Pinho, de S. Martinho em 24 horas, com carvão, e madeira; 6 pessoas de tripulação.

Bella Figueirense, brigue portuguez, capitão L. O. Lobo, de Pernambuco em 50 dias, com assucar a M. J. P. Bastos; 15 pessoas de tripulação.

Scandinavian, brigue norueguez, capitão O. C. Sande, de Cardiff em 15 dias, com carvão a ordens; 7 pessoas de tripulação.

Tyne, paquete inglez a vapor, capitão J. H. Jellicoe, do Rio de Janeiro em 20 dias, da Bahia em 16, de Pernambuco em 14, e da ilha de S. Vicente de Cabo Verde em 7, com varios generos a A. Van Zeller; 116 pessoas de tripulação, e 187 passageiros.

Santa Clara, barca portugueza, capitão J. S. Lessa, arribada (por causa do tempo) da lat. 39° 29' 18" N., e long. 9° 38' a O. de Greenwich, em 14 horas, com a mesma carga e tripulação com que saiu d'este porto no dia 20 do corrente com destino para o Porto.

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, de S. Nazaire em 4 dias, e de Vigo em 27 horas, com varios gener

Lady Alice, barca inglesa, capitão H. Smith, para Negapatam, com calhas de ferro e mais generas; 14 pessoas da tripulação.

Visconde d'Atthogua, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para o Porto, com tabaco e fazendas; 27 pessoas da tripulação, e 151 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belém, em 30 de março de 1860.—*J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, comandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 30 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 23

Entrou o vapor inglês *Cintra*, de Liverpool em 7 dias.

Saídas—Hiatos portuguezes, *Improvisio*, para a Figueira, e *Senhora da Guia*, para Aveiro.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—O vento esteve E. NO, regulares, agora N. brando.

Do dia 29

Entrou o vapor inglês *Adonis*, de Londres em 5 dias.

Saídas—Hiatos portuguezes *Almirante do Porto*, para Nova York; *Dourado*, para Setubal; e *Hervoiro*, para Villa Nova de Portimão.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—O vento esteve N. brando, agora N. regular.

De Villa do Conde, dos dias 26 e 27

Nestes dias não entraram nem saíram embarcações algumas.

Mar bom.—Vento N.

De Caminha, do dia 23

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NO.

Do dia 29

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Vianna do Castelo, do dia 23

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiatos portuguezes, *Viannense*, para Lisboa, com milho, e *Cortez*, para Villa Garcia, com vinho e esparto; estava arribado neste porto por causa do vento, vinha de Peniche.

A barra boa.

Do dia 29

Não entrou embarcação alguma.

Saíram o hiate portuguez *Esperança*, para a Figueira, com milho.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 25, 26 e 27.

De Aveiro, do dia 23

Entrou o palhote *Senhora da Guia*, do Porto, em lastro.

Saídas—Escunas, inglesa *Julia*, o dinamarqueza *Alph*; ambas para Londres, com fructa.

Da Figueira, do dia 23

Não entrou embarcação alguma.

Saíram os hiatos portuguezes, *S. Lourenço*, e *S. Vicente* 2.; ambos para o Porto, com pedras.—*Bateira Isabel*, para o Porto, com varios generos.

Não se avista embarcação alguma fôra da barra.

O mar agitado.—Vento NNE, bonançoso.

Do dia 29

Entrou o hiate portuguez *Improvisio*, do Porto com varios generos.

Saídas—Hiate portuguez *S. João Baptista*, para Vianna, com varios generos.—*Cahiques portuguezes Santa Rita*, *Bom Jesus* e *S. João Baptista*; todos tres para Ceimbra, com sal.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

Vento NNE.—Profundidade da barra 16 palmos.

Da Ericeira, do dia 23

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento variavel.—Tempo nevoado.

Do dia 29

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NO.—Mar picado.—Tempo nevoado.

De Setubal, do dia 27

Entradas—Escuna dinamarqueza *Dania*, de Lisboa, em lastro.—Portuguezes, cahique *Santo Antonio* e *Almas*, de Olhão, com sal; hiate *Primavera*, do Porto, com varios generos.

Saídas—Barca prussiana *Riga*, para Riga, com sal;—Russians, rascas *Emma*, para Mensel, com sal; *Burgermeister Schwing*, para Bergen, com sal.—Escuna inglesa *Gipsy*, para Londres, com fructa.—Brigue norueguês *Concordie*, para Bergen, com sal.—Portuguezes, hiatos *S. Joaquim*, *Estrella Quarta* e *Bom Jesus de Fô*; todos tres para o Porto com sal.

Vento variavel.

Do dia 23

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Brigue prussiano *Flora*, para Mensel, com sal.—Hiate portuguez *Lanceiro*, para o Porto, com sal.

Vento NE.

Do dia 29

Entradas—Hiatos portuguezes *Luz do Dia* e *Nova Esperança*, ambos de Lisboa com varios generos.

Brigue dinamarqueza *Agir*, de Lisboa com sal.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 30 de março de 1860.—O director geral, *J. B. da Silva*.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 30 de março—3 por cento consolidado a 45,50, 45,55 e 45,60—3 dito differido a 35,75, 35,80 e 35,75.

Bolsa de Paris, em 30 de março—3 por cento francez a 60,10—4 1/2 dito a 96,10.

Bolsa de Londres, em 30 de março—Consolidados de 94 1/4 a 94 3/8.

AVISOS

SOCIEDADE DAS ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMARIA

Recebeu do testamento da ex.^{ma} sr.^a D. Joanna Custodia Isabel de Sousa a quantia de 200.000 réis, legado que esta senhora lhe deixou.

Igualmente recebeu em 2 de agosto de 1859 do ill.^{mo} sr. Antonio Lopes de Miranda, por donativo de um seu amigo, a quantia de 9.000 réis.

Lisboa, 20 de março de 1860.—O thesoureiro, Antonio Joaquim de Oliveira.—O membro da commissão de fundos, Frederico Biester.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.^{mo} presidente da assembleia geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no dia 1.^o de abril, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se proceder á eleição de diversos cargos da associação.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 31 do corrente, pelas sete e meia horas da noite, para continuar a discussão de algumas propostas sobre a reforma dos estatutos.

Lisboa e sala da associação, aos 25 de março de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

A direcção annuncia que no dia 10 do futuro mez de abril estarão a pagamento as pensões do 1.^o trimestre do corrente anno, que devem receber as pensionistas da dita associação; assim como que na casa da mesma, do 1.^o a 15 do referido mez, se recebem as quotas do mez de março findo.

Lisboa, 30 de março de 1860.—O secretario da direcção, José Maria Gervasio Codina.

ASSOCIAÇÃO FRATERNAL DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para se reunir no dia 2 do proximo mez, pelas oito horas da noite, sendo a ordem dos trabalhos: 1.^o eleição de 2.^o secretario da mesa, e de tres membros para a commissão administrativa; 2.^o continuação da discussão das propostas para emprego de fundos.

Lisboa e casa da associação, em 28 de março de 1860.—O secretario, N. X. da Silva.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembleia geral a reunir segunda-feira 2 de abril, pelas sete horas e meia da noite, na sala do centro promotor. Ordem da noite: discussão de objectos de grave interesse para a associação.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

CONVITE AGRICOLA

A mesa provisoria da assembleia dos agricultores e proprietarios agricolas, que teve logar no dia 25 do corrente, convida novamente todas as pessoas que pertencem ás referidas classes de agricultores e de proprietarios agricolas, a reunirem-se no proximo domingo, 1 de abril, á hora prefixa do meio dia, na rua do Arsenal n.^o 16, para, sobre o parecer da commissão nomeada na primeira sessão, se resolver o que convirá representar ao governo em relação á admissão permanente dos cereaes, e tratar-se de outros assumptos interessantes para a agricultura.

Lisboa, 29 de março de 1860.—O secretario, Antonio Nunes dos Reis.

IMPRESA NACIONAL

A administração geral da imprensa nacional tem para vender uma grande porção de papel impresso, proprio para embrulhar, e muitos massos de cartas

de jogar de antigos e desusados padrões, estampadas em cartão e em papel collado. As pessoas que quizerem examinar estes objectos, para se habilitarem a offerecer o seu laço em carta fechada, dirigida á mesma administração geral, podem apresentar-se na imprensa nacional, em qualquer dia até ás quatro horas da tarde, ao fiel dos armazens de impressos, que lhes permitirá o respectivo exame. No dia 3 de abril proximo, pelo meio dia, serão abertas as cartas dos offereentes, em presença dos que se apresentarem áquella hora.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

MANUAL DO CHRISTIANISMO

4.^a EDIÇÃO 1859

Um rico volume de 700 paginas, enriquecido de seis magnificas gravuras em aço, e mais de 200 vinhetas, com o frontispicio colorido e dourado; é o unico LIVRO DE MISSA e SEMANA SANTA aprovado e autorizado pelo primeiro prelado do reino, e como tal o unico tambem que pôde satisfazer a alma piedosa do christão, porque em objectos de divina piedade o prelado o juiz que pôde e deve autorisar o seu uso; o que infelizmente falta nos manuaes e mais livros de orações até hoje usados no nosso paiz.

Damos a nossa approvação ao excellentissimo MANUAL DO CHRISTIANISMO, para que possa ser lido por todos os fies, que no patriarchado e fôra d'elle se acham sujeitos á nossa jurisdicção e autoridade ordinaria. S. Vicente, 12 de junho de 1858.—M. PATRIARCHA.

Este livro foi enviado a França para d'ali ser devolvido encadernado, e acabam de chegar 1.000 volumes com capas de veludo, marfim e madre perola, ricamente ornados com muita variedade e gosto.

PREÇOS

Brochado 360 réis.—Encadernado em carnea, com filetes dourados na capa, 480 réis.—Em lindo mosaico dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 840 réis.—Em chagrin francez dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 1.200 réis.—Em veludo de relevo, com guarnições e lindos fechos de metal dourado ou prateado fino, 2.000 réis.—Dito ricamente guarnecido com emblemas religiosos etc. 3.000 réis.—Em marfim, muito ricos, com fechos de prata, desde 4.500 até 9.000 réis.—Em madre perola, com baixos relevos ou ricos ornatos e fechos de prata etc., desde 6.750 até 13.500 réis.

Vende-se unicamente no escriptorio do editor Francisco Arthur da Silva, rua dos Douradores n.^o 178, 2.^o andar, (esquina do largo de Santa Justa).

ADVERTENCIA ESSENCIAL

Roga-se não se confunda este livro com os de outras edições, por ser este o unico aprovado pelo em.^{mo} cardeal patriarcha de Lisboa, e que contem, reunidos n'um volume, tudo quanto é proprio de um bom MANUAL DE MISSA, tudo quanto pertence ao livro propriamente chamado *Horas Mariannas*, e todos os officios da semana santa.

EXPLICAÇÕES DE ARITHMETICA

THEORICA E PRATICA

PARA ENSINO POPULAR

POR MARCOS DALHUNTY

PROFESSOR DO REAL COLLEGIO MILITAR

Vende-se por 500 réis cada exemplar em brochura na loja de Lavado, e nas mais do costume.

ANNUNCIOS

1. PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.^a VARA, e cartorio do escrivão Silva Guimarães, correm editos de trinta dias, a chamar todos os credores certos e incertos que se julguem com direito ás propriedades de casas, sitas na rua 23 de Julho, com os n.^{os} 33 e 34, e rua do Caramujo, n.^{os} 5 e 6, pertencentes a José Joaquim Brochado Caldas, e mulher, pena de, não apparecendo, se julgarem as propriedades livres e desembargadas, e serem expropriadas, isto a requerimento da ex.^{ma} camara. Porto, 30 de março de 1860.—O procurador, Albano de Miranda Lenos.

2. PELO JUIZO DA ARRECAÇÃO do ausente João Manuel de Almeida Bettencourt, na 1.^a vara d'esta cidade, escrivão Jacome, vai á praça no dia 18 do proximo abril a subrogação de um bocado do praso, sito em Marvilla, de que é fôrro Joaquim José Cecilia Kol á capella de que é administrador aquelle ausente, tendo sido aquelle bocado expropriado para o caminho de ferro de leste; e correm os editos respectivos.

3. PELO TRIBUNAL DO COMMERIO da villa de Setubal, a requerimento de W. A. Herlitz, capitão do brigue sueco *Confidence*, arribado ao porto da dita villa, e julgado innavegavel, se procederá á venda em hasta publica, na proxima terça-feira, 3 de abril, ás dez horas da manhã, no local apropriado, do casco, aparelho e mais pertences, e tambem da carga de sal, do supercavitado navio: tudo no estado em que se achar. Setubal, 28 de março de 1860.

4. A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Aldeia-galega do Ribatejo põe a concurso, pelo espaço de trinta dias, a contar da data do presente annuncio, o partido de medicina da mesma villa, com o ordenado annual de réis 300.000, pagos pelo cofre do municipio, além de pulso livre. Quem pretender pôde dirigir a sua proposta ao presidente da camara. Aldeia-galega do Ribatejo, 29 de março de 1860.—O presidente da camara municipal, Christiano Godinho.

5. D. MARIA JUSTINA DA CONCEIÇÃO GRILLO, D. Amalia Zeferina Grillo, e Domingos Rodrigues Grillo, como irmãos e unicos herdeiros de D. Leonor Romana Grillo, habilitam-se no cartorio de Marques, a fim de averbarem em seus nomes, a saber: a 1.^a uma acção do banco de Portugal,

n.^o 9.510, de 500.000 réis; duas inscrições da junta do credito publico, de 1.000.000 réis cada uma, n.^{os} 517 e 518; a 2.^a duas inscrições ditas de 1.000.000 réis cada uma, n.^{os} 819 e 14.651; duas ditas de 500.000 réis cada uma, n.^{os} 15.119 e 15.121; e uma de 100.000 réis, n.^o 27.491; e a 3.^a uma inscrição de 500.000 réis, n.^o 13.824, e os quatro quintos de uma acção do banco dito, de 500.000 réis, n.^o 9.511, em que já lhe pertence a 5.^a parte: quem jus tenha, ou a impugnar a sua identidade, deduza-o no praso de trinta dias, pena da lei.

6. D. MARIA AUGUSTA DA SILVA VELLOSO vendo o annuncio no *Diario de Lisboa* n.^o 74, de hoje 30 de março, e sob o n.^o 8, aonde é chamado por editos seu marido, João Pereira Velloso, julgado ausente em parte incerta pelo juiz da 6.^a vara o sr. Quelhas, a requerimento de Luiza Cardosa, e outros, quando aliás dos autos consta achar-se seu marido na cidade do Porto, para onde foi, com passaporte do ex.^{mo} governador civil de Lisboa, a negocios commerciaes, declara que d'aquella sentença, que, por tal modo, julgou a ausencia, se acha interposto recurso de appellação, de que é escrivão o sr. Matta.

7. MARIA DO SEBASTIÃO, auctorizada por seu marido Antonio Gomes Martins, do logar de Prados, julgado de Celorio da Beira, pretende habilitar-se unica e universal herdeira de sua sobrinha paterna, Maria Lopes, filha de Manuel Lopes Moceto, do referido logar: correm editos de trinta dias no juizo do sobredito julgado, chamando quem tiver direito a impugnar a referida habilitação, sob pena de revelia, e de se proceder aos denalis termos logaes.

8. MIGUEL CARLOS ROLIM PEREIRA DE AZAMBUJA, immediato successor no vinculo que administra seu irmão João Miguel Rolim Pereira de Azambuja, declara que não autoriza contrato algum sobre os bens do mesmo vinculo, em que não for ouvido Miguel Carlos Rolim Pereira de Azambuja.

COMPANHIA DE GUANO CHIMICO DE PEIXE

9. TENDO O GOVERNO DE SUAMAGESTADE attendido á representação que a direcção da companhia de guano chimico de peixe lhe dirigiu em 28 de fevereiro do corrente anno, para a modificação dos estatutos, são convidados todos os accionistas que representem pelo menos cinco accões em seu nome, ou previamente averbadas, ou depositadas, em conformidade com o artigo 13.^o, a comparecer no escriptorio da companhia, travessa do Corpo Santo, n.^o 9 (moderno), 1.^o andar, no dia 9 de abril proximo futuro, pelas sete horas da tarde, a fim de se constituir a assembleia geral, e nomear-se a commissão que deve examinar as contas.

10. RECTIFICANDO O ANNUNCIO N.^o 9 no *Diario* n.^o 73, de quinta-feira 29 de março, declara-se que os numeros para a rua da Annunciada são 17 a 22.

ESPECTACULOS

REAL THEATRO DE S. CARLOS

O beneficio annunciado para hoje 31 não pôde ter logar.

THEATRO DO GYMNASIO DRAMATICO

Hoje 31 de março (com auctorisação superior): *A Probidade*, 2 actos, e 1 prologo maritimo—*Um marido que é victima das modas*.

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 45" Longitude + 9° 8' 49" 3. Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4,226

ELEMENTOS MÉDIOS DO INVERNO METEOROLOGICO DO ANNO DE 1860

DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO

PRESSÃO ATMOSFERICA, EM MILLIMETROS												
MEZES	ALTURAS MÉDIAS DO BAROMETRO					Máximo do mez	Mínimo do mez	Differença	Data do máximo	Data do mínimo		
	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	Médias mensaes							
Dezembro de 1859	756,36	755,91	755,36	756,18	755,95	764,10	743,30	20,80	30	25		
Janeiro de 1860	758,40	758,00	757,49	758,23	758,03	764,77	751,30	13,47	26	11		
Fevereiro	758,47	758,24	757,26	758,30	758,07	767,33	752,26	15,07	27	17		
Médias da estação	757,74	757,38	756,70	757,57	757,35	765,40	748,95	16,45	-	-		
Extremas da estação												
Maximo						767,33 em 27 de fevereiro						
Mínimo						743,30 " 25 de dezembro						
Intervallo da escala, percorrido						24,03						

ESTADO HYGROMETRICO — MÉDIAS DOS MEZES												
MEZES	TENSÃO DO VAPORE ATMOSFERICO EM MILLIMETROS				HUMIDADE RELATIVA ESTADO DE SATURAÇÃO 100				9 h. da tarde	9 h. da noite	Médias mensaes	
	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite				
Dezembro de 1859	7,71	7,95	7,93	7,87	83,73	74,78	71,46	80,50				
Janeiro de 1860	9,15	9,15	9,10	9,13	87,54	79,94	78,74	87,05				
Fevereiro	6,18	6,00	5,91	6,33	72,26	59,37	56,27	72,62				
Médias da estação	7,68	7,70	7,65	7,78	81,18	71,36	68,82	80,06				

NUVENS E ESTADO DO CEU PELAS OBSERVAÇÕES DAS QUATRO EPOCHAS DIARIAS — NUMERO DE VEZES												
MEZES	Ceu sereno	Ceu coberto	Claros	Cl.	C.	St.	Nl.	Ci.-C.	Ci.-St.	C.-St.	C.-Nl.	
Dezembro de 1859	11	21	14	39	30	14	26	27	38	45	16	
Janeiro de 1860	0	26	31	28	49	22	55	22	4	48	51	
Fevereiro	8	8	9	33	51	14	20	15	17	51	22	
Médias da estação	19	55	54	100	130	50	101	64	59	144	89	

TEMPERATURA, EM GRAUS CENTESIMAES														
TEMPERATURAS MÉDIAS						Máximo médio do mez	Mínimo médio do mez	Médias mensaes	Máximo absoluto do mez	Mínimo absoluto do mez	Data do máximo	Data do mínimo	Máximo médio na relva	Mínimo médio na relva
9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	Médias mensaes										
9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	Médias mensaes	Máximo médio do mez	Mínimo médio do mez	Médias mensaes	Máximo absoluto do mez	Mínimo absoluto do mez	Data do máximo	Data do mínimo	Máximo médio na relva	Mínimo médio na relva	
8,85	11,32	12,02	9,90	9,48	12,58	6,59	9,59	17,5	0,2	9	21	23,79	2,55	
11,34	12,94	13,12	11,45	11,37	13,79	9,23	11,51	18,3	4,5	2	8	25,88	5,27	
7,55	10,33	11,11	8,08	7,97	11,71	4,54	8,13	18,0	-1,5	28	15	30,83	-1,21	
9,25	11,53	12,08	9,81	9,61	12,69	6,79	9,74	17,9	1,1	-	-	26,83	2,20	
Temperatura média da estação													Extremas da estação	
Pela médias das 9 h. m., n., maximos e mínimos...					9,61	Maximo					18,3 em 2 de janeiro			
Pelas médias dos maximos e mínimos médios					9,74	Mínimo					-1,5 " 15 de fevereiro			
Deduzida dos maximos e mínimos absolutos					9,50	Intervallo da escala, percorrido ..					19,8			

CHUVA, ETC.															
QUANTIDADE DE CHUVA EM MILLIMETROS	EXAUBORAÇÃO EM MILLIMETROS	NUMERO DE DIAS DE					SERENIDADE DO CEU — MÉDIA					OZONE			
		Chuva ou chuvas	Chuva e chuva se media	Sarava	Troves	Nuvencos	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	Médias mensaes	Médias da noite	Médias do dia	Médias mensaes	
St. sup.	St. inf.														
66,1	69,0	90,9	12	11	5	4	0	4,9	4,5	4,6	5,1	4,8	6,3	5,6	5,9
117,5	125,5	79,2	27	26	1	1	0	2,2	2,3	2,1	3,1	2,4	7,9	6,9	7,4
27,3	28,7	111,2	10	8	0	0	1	6,7	6,3	6,0	6,6	6,4	6,8	6,3	6,6
Totaes da estação													Médias da estação		
210,9	223,2	281,3	49	45	6	5	1	4,6	4,4	4,2	4,9	4,5	7,0	6,3	6,6

FREQUENCIA DOS VENTOS, DEDUZIDA DO ANEMOMETRO-REGISTO																	
N.	NNE.	NE.	ENE.	E.	ESE.	SE.	SSE.	S.	SSO.	SO.	OSO.	O.	ONO.	NO.	NNO.	VARIABES	CALMAS
86	84	14	6	4	11	8	4	9	7	41	34	7	10	17	27	3	0
38	34	7	4	5	4	6	6	11	9	14	67	50	44	25	38	3	0
79	53	45	7	2	0	5	1	4	3	6	12	8	15	29	78	1	7
203	171	66	17	11	15	19	11	24	19	61	113	65	69	71	143	7	7